

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

DINÂMICAS DAS POLÍTICAS DE COTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A DIVERSIDADE ESTUDANTIL

André Luiz Dias

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9910>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Maria Angelica Minhoto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8872-493X>)

DINÂMICAS DAS POLÍTICAS DE COTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL: REFLEXOS SOBRE A DIVERSIDADE ESTUDANTIL

ANDRÉ LUIZ VIEIRA DIAS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0991-379X>

andrelvdias@me.com

Instituto de Ciência Política – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO: O presente artigo analisa as dinâmicas das políticas de cotas raciais nas universidades estaduais da região Sudeste do Brasil, com foco em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas políticas, inicialmente implementadas no início dos anos 2000, visam promover a inclusão racial e combater desigualdades históricas no ensino superior. A partir de uma análise crítica, são explorados os avanços alcançados, bem como as limitações persistentes, como a evasão de estudantes cotistas e a sub-representação da população negra (pretos e pardos) em diversas instituições. O estudo aponta para desafios relacionados à falta de dados completos e à efetividade das políticas de permanência estudantil, destacando que as cotas, por si só, não são suficientes para garantir a equidade racial. São abordadas questões como racismo institucional, barreiras acadêmicas e suporte financeiro inadequado, que continuam a impactar a trajetória dos estudantes negros. Conclui-se que, apesar dos progressos, ainda é necessário aprimorar e expandir as políticas de ação afirmativa para promover uma inclusão mais ampla e duradoura.

Palavras-chave: Ação afirmativa, cotas raciais, ensino superior, desigualdade racial, permanência estudantil.

DYNAMICS OF QUOTA POLICIES IN STATE UNIVERSITIES IN THE SOUTHEAST REGION OF BRAZIL: REFLECTIONS ON STUDENT DIVERSITY

ABSTRACT: This article analyzes the dynamics of racial quota policies in state universities in the Southeast region of Brazil, focusing on Minas Gerais, Rio de Janeiro, and São Paulo. These policies, initially implemented in the early 2000s, aim to promote racial inclusion and address historical inequalities in higher education. Through a critical analysis, the study explores the progress made and the persistent limitations, such as the dropout rates among quota students and the underrepresentation of Black (pretos and pardos) populations in various institutions. The study highlights challenges related to incomplete data and the effectiveness of student retention policies, emphasizing that quotas alone are not enough to guarantee racial equity. Issues such as institutional racism, academic barriers, and inadequate financial support continue to impact the trajectory of Black students. The conclusion suggests that, despite progress, affirmative action policies must be improved and expanded to ensure broader and longer-lasting inclusion.

Keywords: Affirmative action, racial quotas, higher education, racial inequality, student retention.

INTRODUÇÃO

As políticas de ação afirmativa no Brasil, especialmente no contexto do ensino superior, surgiram como uma resposta necessária e institucionalizada para combater as profundas desigualdades raciais que historicamente caracterizam a sociedade brasileira. Implementadas pela primeira vez na

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001, as cotas raciais tornaram-se um mecanismo crucial para democratizar o acesso às universidades públicas, proporcionando oportunidades de ingresso a grupos socialmente marginalizados, com destaque para a população negra (Lima e Campos, 2020). Embora tardiamente adotadas pelas universidades estaduais da região Sudeste, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), essas políticas causaram um impacto significativo na composição racial das comunidades acadêmicas.

A adoção de tais políticas nas universidades estaduais do Sudeste visa refletir a diversidade racial e social dos estados que representam, promovendo a inclusão de negros, pardos e indígenas. No entanto, a efetividade dessas medidas é ainda motivo de intensos debates acadêmicos, tanto pela resistência que enfrentam em determinados setores da sociedade quanto pelos desafios relacionados à sua implementação e acompanhamento (Mello e Dias, 2024). O presente estudo analisa a trajetória dessas políticas afirmativas, discutindo sua evolução e seus efeitos sobre a diversidade racial das instituições.

Desde as primeiras normativas de cotas promulgadas no início dos anos 2000, houve um avanço significativo na inclusão de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados. No entanto, as universidades estaduais da região Sudeste enfrentam desafios específicos para espelhar a diversidade racial de seus respectivos estados. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam trajetórias diferenciadas na implementação de políticas afirmativas, o que levanta questões sobre a eficácia dessas medidas e a capacidade das universidades em promover equidade racial e social.

Este artigo busca conduzir uma análise crítica sobre as dinâmicas das políticas de cotas nas universidades estaduais do Sudeste, concentrando-se na composição racial dos estudantes matriculados, ingressantes e concluintes, e comparando os resultados alcançados com a diversidade demográfica de cada estado. A análise abrange a inclusão de cotistas negros (pretos e pardos) e a evolução dos registros de informações raciais, examinando até que ponto essas universidades têm conseguido cumprir seus objetivos de inclusão social e racial. Para embasar essa análise, o estudo se apoia em uma sólida base teórica que explora conceitos como racismo estrutural, justiça distributiva e o impacto das políticas afirmativas no contexto brasileiro.

Ao longo da discussão, são levantadas questões essenciais sobre a efetividade das políticas de cotas e os desafios persistentes na busca por equidade educacional. A pesquisa pretende não apenas contribuir para o debate acadêmico sobre o papel das universidades estaduais na promoção da diversidade e inclusão, mas também oferecer reflexões críticas sobre as estratégias adotadas e apontar possíveis caminhos para a formulação de novas políticas públicas e futuras pesquisas.

1. AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: FUNDAMENTOS E DEBATES

A adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras, especialmente as cotas raciais, foi um marco transformador nas discussões sobre inclusão racial e combate às desigualdades no país. Autores como Lima e Campos (2020) destacam que, embora o debate sobre cotas tenha iniciado ainda na década de 1980, com a proposta de Abdias do Nascimento, foi apenas no início dos anos 2000 que essas políticas começaram a ser implementadas sistematicamente, primeiramente nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e UENF). Esse movimento ganhou força com a

aprovação da Lei 12.711/2012, que estabeleceu a reserva de vagas em todas as instituições federais de ensino superior, tendo como critério principal a origem escolar em instituições públicas e a condição racial.

A análise da implementação dessas políticas revela a relevância das ações afirmativas na democratização do ensino superior, conforme apontado por Mello e Dias (2024). A inclusão de cotas específicas para a população negra (pretos e pardos) é um dos principais mecanismos para a reparação histórica das desigualdades raciais no Brasil, que persistem desde o período colonial e se manifestam de maneira acentuada nas oportunidades educacionais e profissionais (Saviani, 2008). Contudo, mesmo com a ampliação dessas políticas, a sub-representação de negros nas universidades públicas, em especial nas instituições estaduais do Sudeste, ainda se mantém como um grande desafio.

A obra de Guimarães (2016) oferece uma reflexão crítica sobre a permanência de hierarquias raciais no acesso ao ensino superior, destacando que, apesar das cotas, a representatividade racial nas universidades ainda está longe de refletir a composição demográfica da população brasileira. Esse ponto é particularmente evidente quando se observa o perfil dos ingressantes nas universidades estaduais do Sudeste. Dados recentes indicam que a USP, por exemplo, só passou a registrar cotistas em 2021, com uma representatividade ainda insuficiente de estudantes negros (pretos e pardos) frente à proporção existente na população do estado de São Paulo.

Segundo Telles (2004), a desigualdade racial no Brasil está enraizada em práticas institucionais e culturais que historicamente marginalizaram a população negra, sendo as cotas uma tentativa de romper com essas barreiras invisíveis. Entretanto, conforme sugerido por Paixão et al. (2010), a simples inserção de cotistas no sistema universitário não resolve a questão, pois a permanência e o sucesso desses estudantes também dependem de políticas complementares, como programas de apoio financeiro e de acompanhamento acadêmico.

O cenário das ações afirmativas no ensino superior brasileiro é moldado por um processo de contestação e defesa que data de várias décadas. Na obra de Feres Júnior et al. (2013), os autores destacam que as políticas de cotas no Brasil são marcadas por um debate público polarizado, refletindo tanto os avanços significativos em termos de inclusão racial quanto as resistências históricas e institucionais. Segundo Feres Júnior et al., o Brasil tem se diferenciado de outros países latino-americanos ao adotar ações afirmativas focadas especificamente na inclusão racial e não apenas nas questões econômicas, como era comum antes das cotas.

Esse debate é complementado por Campos (2019), em sua obra "Em Busca do Público", que aborda a intersecção entre desigualdade racial e educação pública no Brasil. Campos argumenta que, enquanto as políticas de cotas representam um avanço importante no enfrentamento das desigualdades raciais, há uma necessidade urgente de ampliar a discussão para além do ingresso de estudantes negros nas universidades. Para Campos, a eficácia dessas políticas deve ser medida não apenas pela admissão de estudantes cotistas, mas também pela sua permanência, desempenho acadêmico e integração ao ambiente universitário. Este argumento é corroborado por dados que apontam que a evasão e as dificuldades de permanência ainda afetam desproporcionalmente os estudantes negros, mesmo após sua admissão nas universidades (Mello e Dias, 2024).

Heringer (2024), em "Affirmative Action Policies in Higher Education in Brazil: Outcomes and Future Challenges", ressalta que a implementação das políticas de cotas no Brasil trouxe resultados

visíveis, mas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à sua aplicação uniforme em diferentes regiões e instituições. Heringer destaca que, embora as políticas de cotas tenham promovido uma maior diversidade racial nas universidades, elas são apenas o primeiro passo em um processo mais amplo de democratização do ensino superior. A autora também sublinha a importância de políticas complementares, como apoio financeiro e psicossocial, para garantir que os estudantes cotistas não apenas ingressem, mas também concluam seus cursos com sucesso.

Essas reflexões são fundamentais para compreender as dinâmicas das políticas de cotas nas universidades estaduais do Sudeste, em especial nas paulistas, que, até recentemente, apresentavam uma resistência significativa à implementação de ações afirmativas voltadas para a inclusão racial. Como Feres Júnior et al. (2013) apontam, o Estado de São Paulo, historicamente, foi um dos últimos a adotar políticas de cotas raciais em suas universidades estaduais, refletindo uma visão mais elitista e meritocrática da educação superior.

Feres Júnior et al. (2013), em seu estudo detalhado sobre as políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais brasileiras, oferecem uma avaliação comparativa da implementação das cotas, destacando os avanços e as limitações em diferentes contextos regionais. O levantamento realizado pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) mapeou a adesão às políticas afirmativas nas universidades estaduais e evidenciou que as universidades do Sudeste, em especial as paulistas, foram as últimas a adotar medidas mais consistentes.

No caso da Unicamp, por exemplo, Feres Júnior et al. (2013) observam que as políticas de ação afirmativa foram implementadas de maneira gradual, com resistências iniciais, principalmente no que diz respeito à percepção de que as cotas poderiam afetar a "excelência acadêmica" das instituições. Esse argumento foi amplamente desmistificado pelos dados coletados ao longo dos anos, que demonstram que a inclusão de estudantes negros e pardos não apenas ampliou a diversidade, mas também manteve padrões acadêmicos de qualidade.

O conceito de racismo institucional, conforme abordado por Araújo (2019), pode trazer uma nova dimensão à análise das políticas de cotas nas universidades estaduais do Sudeste. Araújo define o racismo institucional como um conjunto de práticas, políticas e normas que, muitas vezes de forma velada, perpetuam a exclusão e a desigualdade racial. No contexto das universidades estaduais de São Paulo, a autora argumenta que, mesmo com a implementação das cotas, barreiras institucionais ainda persistem, o que impacta diretamente a permanência e o sucesso dos estudantes negros.

Araújo (2019) ressalta que as universidades estaduais de São Paulo, ao longo dos anos, criaram uma estrutura meritocrática que, na prática, favorece estudantes brancos de classes mais privilegiadas. Isso pode ser observado, por exemplo, na falta de políticas complementares que apoiem a permanência dos estudantes cotistas, como programas de assistência estudantil, suporte psicológico e acadêmico. Mesmo com o avanço das cotas, essas barreiras invisíveis limitam as chances de sucesso dos estudantes negros e pardos nas universidades estaduais, impactando diretamente a taxa de evasão.

A análise das dinâmicas de implementação das cotas nas universidades estaduais da região Sudeste revela tanto os avanços quanto os limites dessas políticas no combate ao racismo estrutural. As próximas seções deste artigo examinam em detalhes as dinâmicas dessas políticas, enfocando não apenas os dados de ingressos e matrículas, mas também os desafios relacionados à permanência e

conclusão dos cursos. Serão abordados os obstáculos institucionais e as falhas nas políticas de apoio que, muitas vezes, invisibilizam as necessidades dos estudantes negros.

2. UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO SUDESTE E A INCLUSÃO RACIAL: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

As universidades estaduais desempenham um papel crucial na oferta de ensino superior público e gratuito no Brasil, especialmente na região Sudeste, que concentra algumas das instituições mais prestigiadas do país. Dentre elas, destacam-se a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), em São Paulo, bem como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), em Minas Gerais. Cada uma dessas instituições tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, políticas de ação afirmativa voltadas para a inclusão racial, em especial por meio de cotas para estudantes negros, que têm sido alvo de amplos debates em termos de sua implementação e efetividade.

Em Minas Gerais, tanto a Uemg quanto a Unimontes estabeleceram políticas de cotas para ampliar o acesso de estudantes de grupos historicamente excluídos, como negros e indígenas. A adoção dessas políticas reflete um esforço de democratização do acesso ao ensino superior, alinhado às diretrizes nacionais para a inclusão racial. Entretanto, a adesão a essas políticas, especialmente na Uemg, tem sido marcada por desafios estruturais e períodos de descontinuidade. A Unimontes, por sua vez, vem consolidando uma trajetória de crescente inclusão de cotistas, o que coloca a universidade em uma posição estratégica para aprofundar suas políticas de equidade racial.

No Rio de Janeiro, a Uerj foi pioneira na implementação de políticas de cotas no país, ao adotar, em 2003, uma das primeiras iniciativas estaduais voltadas para a inclusão de estudantes negros e de baixa renda. A relevância dessa política vai além dos limites do estado, sendo frequentemente referenciada como modelo para outras instituições brasileiras. Outra importante instituição fluminense, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), também tem se engajado em ações afirmativas, implementando cotas para estudantes negros e indígenas.

No estado de São Paulo, as universidades estaduais começaram a adotar políticas de cotas mais recentemente. A USP, a Unicamp e a Unesp enfrentam um grande desafio ao tentar equilibrar suas tradições de excelência acadêmica com a necessidade de promover uma maior diversidade racial em seus corpos estudantis. A adoção dessas políticas, embora tardia em algumas dessas universidades, representa um importante avanço no esforço de ampliar o acesso de estudantes negros, pardos e indígenas ao ensino superior público. Esse processo tem sido marcado por tensões e debates sobre a efetividade das políticas de cotas, a manutenção da qualidade acadêmica e a inclusão social.

A análise das dinâmicas das políticas de cotas nas universidades estaduais da região Sudeste revela que, embora os esforços para promover a inclusão racial tenham avançado, ainda há muito a ser feito para garantir uma composição estudantil que reflita a diversidade demográfica dos estados. O estudo dessas dinâmicas é fundamental para avaliar os impactos dessas políticas e compreender os desafios que ainda permanecem para a construção de um ensino superior mais inclusivo e equitativo.

2.1 O perfil racial dos estudantes nas universidades estaduais do Sudeste

Esta seção apresenta uma análise detalhada da evolução do perfil de cor ou raça dos estudantes matriculados, ingressantes e concluintes cotistas e não cotistas nos cursos presenciais das universidades estaduais da região Sudeste do Brasil. Para contextualizar esta análise, utilizamos os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que nos permite dimensionar a proporção da população do Sudeste em relação ao total nacional.

Segundo o Censo IBGE 2022, a região Sudeste é a mais populosa do Brasil, com um total de 84.836.315 habitantes, representando 41,8% da população nacional, que é de 203.069.637 pessoas. A distribuição da população por cor ou raça na região Sudeste é bastante diversificada. A população branca constitui 49,9% da população regional, um percentual superior à média nacional de 43,5%. A população branca é majoritária nos estados do Sudeste, especialmente em São Paulo, onde 57,8% da população se identifica como branca. Este percentual é significativamente maior do que a média nacional, destacando uma concentração de brancos nesta região. Proporcionalmente, cerca de 47,9% da população branca do país está concentrada na região Sudeste.

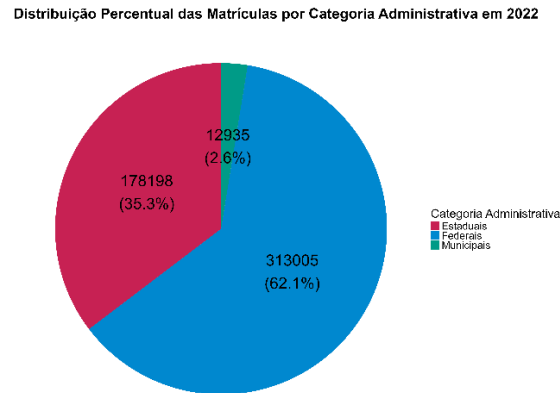
Além disso, a população preta no Sudeste é de 9.003.372 pessoas, correspondendo a 10,6% da população regional, comparado a 10,2% na média nacional. Esta proporção reflete que 43,6% da população preta do Brasil reside no Sudeste. A população parda na região é de 32.833.389 pessoas, representando 38,7% da população do Sudeste, enquanto a média nacional é de 45,3%. O Sudeste abriga 35,7% da população parda do país. A população amarela na região Sudeste é de 570.852, ou 0,7% da população regional, em contraste com 0,4% na média nacional. Notavelmente, 67,1% da população amarela do Brasil vive no Sudeste. A população indígena é de 109.934, representando 0,1% da população regional, e 9,0% da população indígena do país reside nesta região.

Tabela 1 – Cor ou Raça da População da Região Sudeste e do Brasil

| Cor ou raça | População do Sudeste (N) | | | | | | | | | | Brasil | |
|--------------|--------------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | ES | | MG | | RJ | | SP | | TOTAL | | N | % |
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % | | |
| Branca | 1.479.275 | 38,6% | 8.437.697 | 41,1% | 6.739.901 | 42,0% | 25.661.895 | 57,8% | 42.318.768 | 49,9% | 88.252.121 | 43,5% |
| Preta | 429.680 | 11,2% | 2.432.877 | 11,8% | 2.594.253 | 16,2% | 3.546.562 | 8,0% | 9.003.372 | 10,6% | 20.656.458 | 10,2% |
| Parda | 1.908.803 | 49,8% | 9.605.151 | 46,8% | 6.682.740 | 41,6% | 14.636.695 | 33,0% | 32.833.389 | 38,7% | 92.083.286 | 45,3% |
| Amarela | 4.268 | 0,1% | 31.681 | 0,2% | 21.837 | 0,1% | 513.066 | 1,2% | 570.852 | 0,7% | 850.130 | 0,4% |
| Indígena | 11.617 | 0,3% | 31.885 | 0,2% | 15.904 | 0,1% | 50.528 | 0,1% | 109.934 | 0,1% | 1.227.642 | 0,6% |
| Total | 3.833.643 | 100,0% | 20.539.291 | 100,0% | 16.054.635 | 100,0% | 44.408.746 | 100,0% | 84.836.315 | 100,0% | 203.069.637 | 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2022, do total de 502.138 matrículas ativas nos cursos presenciais de graduação da região Sudeste, as universidades federais são responsáveis por 62,1% (313.005 matrículas), seguidas pelas universidades estaduais com 35,3% (178.198 matrículas), e as universidades municipais com apenas 2,57% (12.935 matrículas).

Figura 1 – Distribuição das Matrículas por Categoria Administrativa em 2022

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

As universidades estaduais desempenham um papel crucial na promoção da diversidade e inclusão social, atendendo a uma grande parcela de estudantes. A análise do perfil de cor ou raça dos estudantes permite observar os efeitos das políticas de ação afirmativa, buscando corrigir desigualdades históricas e garantir uma representação equitativa. Será realizada uma análise abrangente da eficácia das políticas de cotas e outras medidas de inclusão social implementadas nas universidades estaduais da região Sudeste, comparando-as com a distribuição racial da população conforme o Censo IBGE 2022. Ao correlacionar esses dados, será possível avaliar o impacto dessas políticas no perfil demográfico dos estudantes, identificando avanços e áreas que ainda necessitam de melhorias.

Na região Sudeste, há sete universidades estaduais distribuídas pelos estados, com exceção do Espírito Santo, que não possui uma universidade estadual. Em Minas Gerais, destacam-se a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). No Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) são as principais instituições. Em São Paulo, quatro universidades estaduais se sobressaem: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Essas universidades desempenham um papel crucial no cenário educacional e científico do país, sendo centros de excelência em ensino, pesquisa e extensão.

A análise do perfil de cor ou raça dos estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação das universidades estaduais revela uma complexa interação com a demografia da região Sudeste, conforme apontado pelo Censo do IBGE de 2022. Entre 2009 e 2022, uma alta incidência inicial das categorias que representam a ausência de informação e/ou de autodeclaração de cor ou raça foi observada, somando uma parcela substancial de 78% dos estudantes em 2009. Ao longo dos anos, essas categorias diminuíram drasticamente, com a categoria "Sem informação" desaparecendo a partir de 2020. Em 2022, 12,3% dos estudantes matriculados não declararam sua cor ou raça.

Essa mudança não é apenas um reflexo de melhorias na coleta e precisão dos dados, mas também evidencia a eficácia de medidas políticas e regulatórias. A trajetória de melhoria na coleta e declaração de dados raciais tornou-se particularmente acentuada a partir de 2013, coincidindo com a implementação da Lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Embora esta lei incida

diretamente sobre as universidades federais, determinando a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas, seu impacto reverberou indiretamente nas universidades estaduais, que também passaram a adotar práticas mais assertivas de ações afirmativas.

Segundo Sekenivics (2018), a redução significativa no número de estudantes que não declararam sua cor ou raça no Censo de Educação Superior (CES) pode ser justificada por uma combinação de fatores: a maior adesão ao SISU, a importância crescente do Enem, a convergência e complementação de dados entre o Enem e o CES, e as medidas regulatórias que obrigaram as instituições a coletarem e reportarem com maior precisão a declaração racial. Essas mudanças não apenas melhoraram a qualidade dos dados, mas também permitiram um monitoramento e avaliação mais eficazes das políticas de inclusão, como a Lei de Cotas.

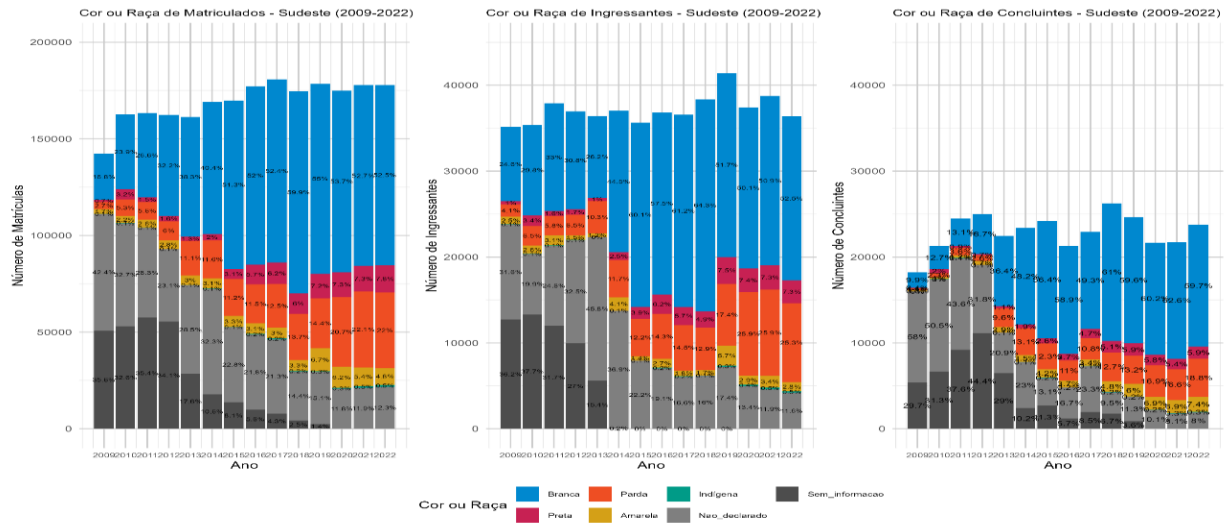
No entanto, a análise crítica deve reconhecer que, apesar dos avanços, a persistência de 12,3% de estudantes sem declaração de cor ou raça em 2022 ainda é significativa. Essa lacuna aponta para a necessidade contínua de aprimoramento nas práticas de coleta de dados e de conscientização entre os estudantes sobre a importância da autodeclaração. Somente com dados completos e precisos será possível realizar uma avaliação robusta e justa das políticas de inclusão e das desigualdades raciais nas universidades estaduais da região Sudeste.

Essa necessidade de dados precisos se torna ainda mais evidente quando analisamos a representatividade de estudantes negros (pretos e pardos) nas universidades estaduais. Embora a proporção de estudantes negros tenha aumentado durante o período analisado, a evolução está longe de ser proporcional à demografia regional. Em 2009, a proporção de estudantes negros era de 3,4%. Esse percentual cresceu para 29,8% em 2022, indicando um progresso significativo. Contudo, essa cifra ainda está abaixo da proporção da população negra na região Sudeste, que, segundo o Censo IBGE 2022, é de 49,3% (sendo 10,6% pretos e 38,7% pardos). Esses dados evidenciam que os estudantes negros continuam sub-representados nas universidades estaduais da região, destacando a importância de continuar aprimorando e implementando políticas de inclusão.

De maneira semelhante, a proporção de estudantes negros entre os ingressantes era de apenas 5,1% em 2009 e aumentou para 32,6% em 2022. Novamente, um crescimento significativo, mas insuficiente para alcançar a representatividade proporcional da população negra na região Sudeste. A sub-representação dos negros entre os ingressantes indique que ainda existem barreiras significativas para o acesso de estudantes negros à educação superior. Dentre os obstáculos, certamente está a adesão, eficácia e abrangência das políticas de cotas adotadas pelas universidades.

Entre os concluintes, os dados revelam uma dinâmica particularmente preocupante. Em 2009, os estudantes negros representavam apenas 1,5% dos concluintes, proporção que aumentou para 24,7% em 2022. Esse crescimento, embora relevante, destaca uma possível lacuna entre o ingresso e a conclusão dos cursos para estudantes negros. A taxa de evasão e as dificuldades enfrentadas durante o curso, como racismo institucional, falta de suporte acadêmico e financeiro, podem contribuir para que menos estudantes negros concluam seus cursos em comparação com seus colegas brancos. A sobrerrepresentação de estudantes brancos entre os concluintes, que era de 9,9% em 2009 e aumentou para 59,7% em 2022, sugere que esses estudantes têm melhores condições de persistir e concluir seus cursos.

Figura 2 - Evolução do perfil de cor ou raça dos matriculados, ingressantes e concluintes em geral nos cursos presenciais de graduação das universidades estaduais da região Sudeste (2009-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Diante dessas considerações, é fundamental explorar em maior detalhe a evolução do perfil de cor ou raça dos estudantes matriculados, ingressantes e concluintes cotistas e não cotistas de cada uma das universidades estaduais da região Sudeste. As sete universidades estaduais, distribuídas pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, desempenham um papel crucial na promoção da diversidade e inclusão social. A seguir, a próxima seção apresentará e discutirá os dados específicos de cada universidade, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos impactos das políticas de ação afirmativa e das dinâmicas demográficas no contexto educacional regional.

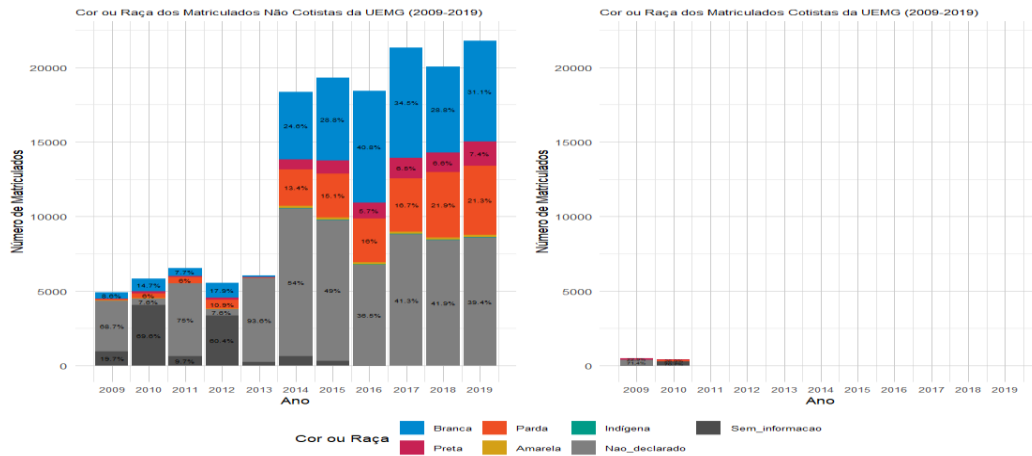
2.1.1 As universidades estaduais mineiras: UEMG e Unimontes

Em Minas Gerais, a população apresenta uma significativa diversidade racial. A população parda é a maior categoria, compreendendo 46,8% dos habitantes, seguida pela população branca que representa 41,1%. A população preta constitui 11,8% do total, enquanto as populações amarela e indígena compõem, respectivamente, 0,2% cada uma. Este contexto demográfico é crucial para compreender o impacto e a necessidade das políticas de cotas nas universidades estaduais mineiras: a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

As políticas de cotas nessas universidades foram formalizadas em 2004, com a aprovação da Lei 15.259, destinando 50% das vagas a candidatos oriundos de escolas públicas. Na UEMG, essas vagas são subdivididas em cotas específicas, incluindo 21% para negros de baixa renda, 3% para quilombolas de baixa renda, 3% para indígenas de baixa renda, 2% para ciganos de baixa renda, 16% para candidatos de baixa renda em geral e 5% para pessoas com deficiência (PCDs). Similarmente, a UNIMONTES destina 21% das vagas para negros de baixa renda, 18% para candidatos de baixa renda, 3% para indígenas de baixa renda, 3% para quilombolas de baixa renda e 5% para PCDs.

A distribuição do perfil de cor ou raça dos matriculados cotistas e não cotistas na UEMG revela uma significativa ausência de registros. Entre 2009 e 2019, os dados mostram que houve registros de estudantes cotistas apenas em 2009 e 2010, com mais de 70% de ausência de informações sobre cor ou raça. Para os não cotistas, a ausência de dados também é preocupante. Mesmo em 2019, a instituição não dispunha de informações sobre a cor ou raça de 39,4% dos estudantes não cotistas. Este padrão de falta de dados compromete qualquer avaliação da eficácia das políticas de inclusão racial.

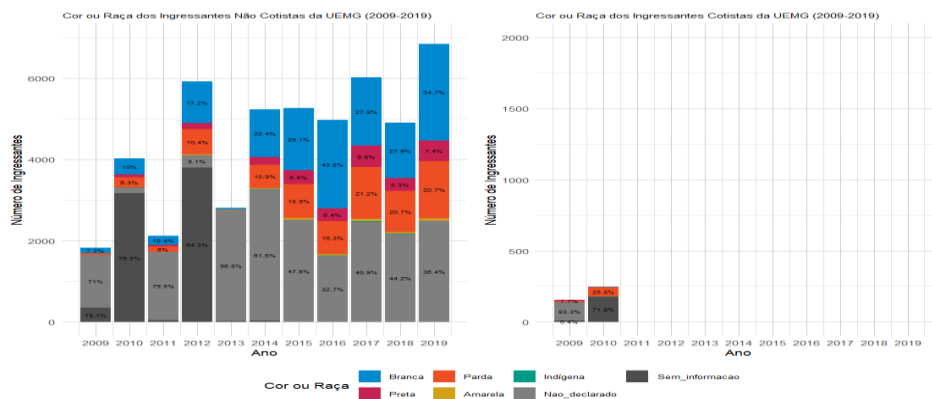
Figura 3 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Uemg (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Para os ingressantes não cotistas, a falta de dados também é preocupante. Em 2009, 71% dos ingressantes não tinham sua cor ou raça registrada, um problema que persistiu, embora reduzido, até 2019. Essa falha impede uma análise precisa da eficácia das políticas de inclusão e dificulta o monitoramento do acesso de diferentes grupos raciais ao ensino superior. Para os cotistas, a inconsistência na coleta de dados ao longo dos anos é igualmente problemática.

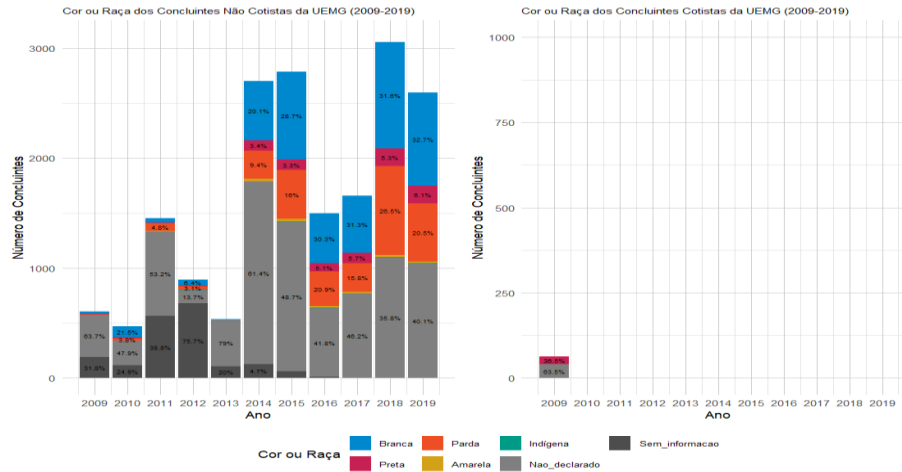
Figura 4 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Uemg (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Entre os concluintes, a situação não é diferente. Em 2019, a UEMG não dispunha de informações sobre cor ou raça de 40,1% dos concluintes. Apesar da redução ao longo dos anos, a ausência de dados permanece significativa, dificultando a avaliação da eficácia das políticas de inclusão na retenção e sucesso dos estudantes.

Figura 5 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Uemg (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

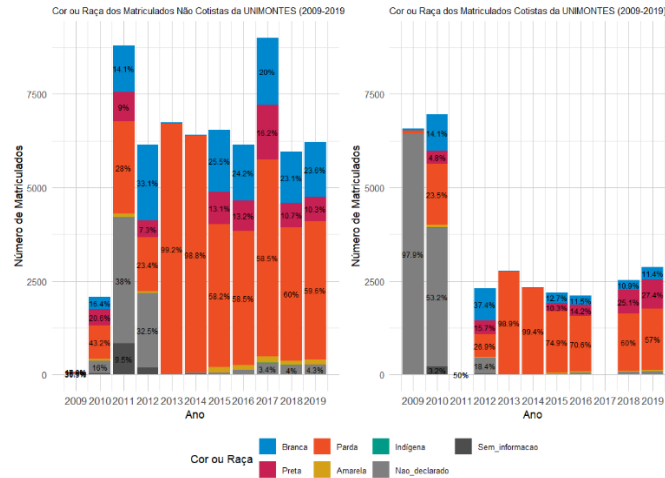
A ausência de dados sobre matriculados, ingressantes e concluintes cotistas na UEMG impede uma análise transparente e crítica da eficácia das políticas de cotas. Essa falha sugere problemas na implementação e no registro dessas políticas, dificultando melhorias. A sub-representação da população negra, especialmente entre os concluintes, destaca a necessidade de políticas mais eficazes para inclusão racial. A alta proporção de registros "Não declarados" e "Sem informação" compromete a transparência, exigindo que a UEMG adote mecanismos rigorosos para garantir dados precisos. Essas falhas reforçam a urgência de uma abordagem mais transparente e eficaz para promover a igualdade racial na universidade.

A análise da distribuição de cor ou raça entre os matriculados cotistas e não cotistas da Unimontes entre 2009 e 2019 evidencia uma mudança significativa na qualidade dos dados ao longo do período. Nos primeiros anos, especialmente em 2009 e 2010, a ausência de informações sobre a cor ou raça dos estudantes era alarmante. Entre os cotistas, por exemplo, 97,9% dos matriculados em 2009 não tinham informações registradas sobre sua cor ou raça, refletindo uma séria deficiência na coleta de dados. Essa situação começou a melhorar ao longo do tempo, com a ausência de informações caindo para apenas 3,2% em 2019. Entre os não cotistas, a evolução foi mais lenta, mas ainda houve um progresso notável, com a ausência de dados sobre cor ou raça diminuindo de 38% em 2009 para 4,3% em 2019.

Quanto à evolução da representatividade de negros (pretos e pardos) entre os matriculados, nota-se um crescimento expressivo, especialmente entre os cotistas. Em 2019, 57% dos cotistas eram pardos e 11,4% eram pretos, indicando que as políticas de inclusão racial da Unimontes têm contribuído para uma maior presença de estudantes negros na instituição. Entre os não cotistas, o aumento também é evidente, embora menos acentuado. Em 2019, 59,6% dos não cotistas eram

pardos, mas apenas 4,3% eram pretos, o que revela uma persistente sub-representação desse grupo entre os estudantes que não ingressam através de políticas de cotas.

Figura 6 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Unimontes (2009-2019)



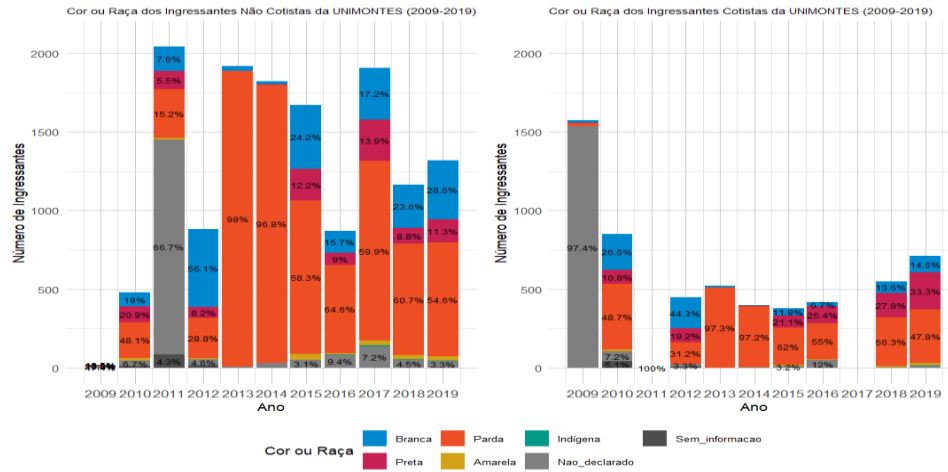
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Nos primeiros anos do período analisado, observa-se uma elevada proporção de ingressantes sem informações sobre cor ou raça. Em 2009, a categoria "Sem informação" representava 66,7% entre os não cotistas e 97,4% entre os cotistas. Esse percentual reduz drasticamente ao longo dos anos, especialmente entre os cotistas, onde em 2019 a ausência de dados é praticamente eliminada. No entanto, entre os não cotistas, a ausência de dados ainda persiste em certa medida, com um pequeno percentual ainda registrado em 2019.

Em relação à população negra (pretos e pardos), há uma notável evolução ao longo dos anos. Entre os não cotistas, a participação de estudantes pardos, que já era significativa, continua a predominar, atingindo 54,6% em 2019. A presença de estudantes pretos também aumenta gradualmente, chegando a 3,4% no mesmo ano. Entre os cotistas, a evolução é ainda mais marcante: em 2019, 47,8% dos ingressantes são pardos e 14,6% são pretos, o que representa uma expressiva maioria entre os ingressantes cotistas.

Essa evolução indica um avanço na inclusão racial dentro da Unimontes, particularmente entre os cotistas, onde as políticas de ação afirmativa parecem estar impactando de forma mais evidente. No entanto, a persistente ausência de dados em certos anos e a sub-representação dos estudantes pretos sugerem que ainda há espaço para melhorias, especialmente no monitoramento e na precisão dos registros raciais.

Figura 7 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Unimontes (2009-2019)

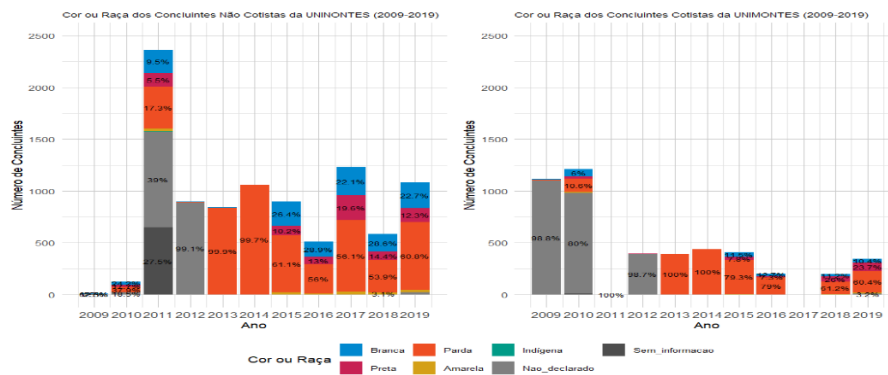


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Entre os concluintes não cotistas da Unimontes, observa-se uma significativa redução na ausência de informações ao longo do período analisado. A partir de 2014, todos os dados estão disponíveis, indicando melhorias na coleta e registro das informações. Para os concluintes cotistas, a ausência de dados também diminuiu drasticamente ao longo do tempo. Em 2014, 100% dos concluintes cotistas ainda não tinham a cor ou raça informada, mas em 2019, apenas 3,2% permaneciam sem essas informações, refletindo um progresso substancial.

A trajetória dos estudantes negros (pretos e pardos) mostra um crescimento considerável. Entre os concluintes não cotistas, a proporção de pardos aumentou consistentemente, alcançando 60,8% em 2019, enquanto a participação de pretos permaneceu baixa, em torno de 3,1%. Já entre os concluintes cotistas, a situação em 2019 revela que 50,4% eram pardos e 10,4% pretos, um avanço significativo em comparação com anos anteriores. Esses dados indicam que as políticas de cotas da Unimontes têm contribuído para uma maior representatividade de estudantes negros, embora ainda haja desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à inclusão de estudantes pretos.

Figura 8 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Unimontes (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

As universidades estaduais de Minas Gerais, UEMG e Unimontes, enfrentam desafios consideráveis na implementação e monitoramento das políticas de cotas, especialmente devido à ausência significativa de dados sobre a autodeclaração de cor ou raça dos estudantes. Essa falta de transparência compromete a avaliação da eficácia dessas políticas e dificulta a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Embora ambas as universidades tenham implementado políticas de cotas visando aumentar a inclusão racial, a sub-representação da população negra, particularmente entre os concluintes, revela que essas políticas não têm sido suficientemente eficazes para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes negros.

Além disso, a análise aponta a necessidade urgente de aprimorar a coleta de dados, a transparência e o monitoramento contínuo das políticas de inclusão. As universidades precisam adotar estratégias que não apenas ampliem o acesso de estudantes negros, mas também assegurem sua permanência e conclusão dos cursos, refletindo de forma mais equitativa a composição racial de Minas Gerais. A implementação de políticas de apoio acadêmico e financeiro, aliada a uma conscientização institucional sobre a importância da diversidade racial, é crucial para reverter o cenário atual e promover uma inclusão efetiva no ensino superior.

2.1.2 As universidades estaduais fluminenses: Uerj e Uenf

O estado do Rio de Janeiro possui uma diversidade racial significativa, com a população branca representando 42,0% dos habitantes, seguida pela população parda, que compreende 41,6%. A população preta constitui 16,2% do total, uma das maiores proporções na região Sudeste, enquanto as populações amarela e indígena compõem 0,1% cada. Esse contexto demográfico é essencial para entender a importância das políticas de cotas nas universidades estaduais fluminenses, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Essas instituições desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social e racial no ensino superior, buscando refletir a diversidade do estado em suas comunidades acadêmicas. Pioneiras na implementação de políticas de cotas, essas instituições têm buscado, ao longo dos anos, garantir maior inclusão social e racial em suas comunidades acadêmicas. Este compromisso com a diversidade e a justiça social as coloca como referências nacionais na adoção de ações afirmativas, embora ainda existam desafios significativos a serem enfrentados.

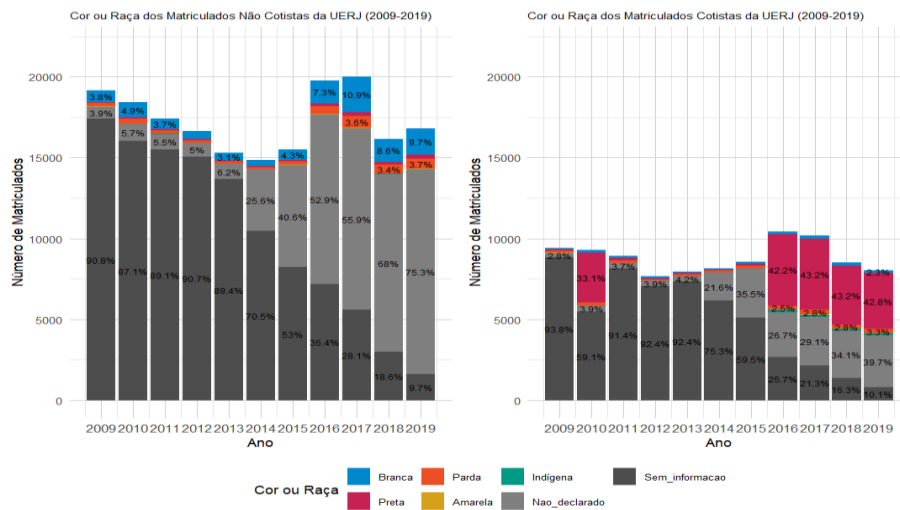
A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a implementar um sistema de cotas no país, em 2000, através da Lei nº 3.524/2000, voltada inicialmente para estudantes de escolas públicas. Em 2001, a política foi expandida para incluir negros, indígenas e quilombolas, com a aprovação da Lei nº 3.708/2001. Hoje, a UERJ reserva 45% de suas vagas para grupos sociais específicos, distribuídas da seguinte forma: 20% para negros, indígenas e quilombolas, 20% para estudantes da rede pública de ensino médio, e 5% para pessoas com deficiência, além de filhos de policiais, bombeiros e inspetores de segurança mortos ou incapacitados em serviço. A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) segue uma trajetória semelhante, também instituindo suas cotas em 2000 e expandindo-as em 2001, com uma distribuição atual de 45% das vagas para ações afirmativas, divididas em 20% para negros e indígenas, 20% para alunos de escolas públicas e 5% para pessoas com deficiência e filhos de servidores de segurança pública.

Apesar dessas normativas progressistas, os dados de 2019 revelam uma preocupante desconexão entre as políticas de inclusão e sua implementação prática, especialmente na UERJ. Entre os matriculados não cotistas, 75,3% não declararam sua cor ou raça, e outros 9,7% estavam

classificados como "Sem informação", totalizando 85% sem dados sobre identidade racial. Essa falta de transparência compromete severamente a eficácia das políticas de inclusão racial. Entre os cotistas, o cenário também é alarmante: 39,7% não declararam cor ou raça e 10,1% estavam "Sem informação", resultando em quase 50% dos matriculados cotistas sem registro racial. Essa ausência de dados impede uma avaliação precisa do impacto das cotas e limita a capacidade da UERJ de promover a inclusão efetiva de grupos marginalizados.

Em relação à representatividade de negros, os dados mostram uma diferença notável entre matriculados cotistas e não cotistas. Entre os cotistas, houve um aumento significativo de estudantes pretos, que representavam 42,8% em 2019, totalizando 3.447 alunos, enquanto os pardos somavam 3,3% (267 estudantes). Por outro lado, entre os não cotistas, a representatividade de negros é consideravelmente menor, com apenas 1,4% de pretos (227 alunos) e 3,7% de pardos (614 alunos).

Figura 9 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Uerj (2009-2019)

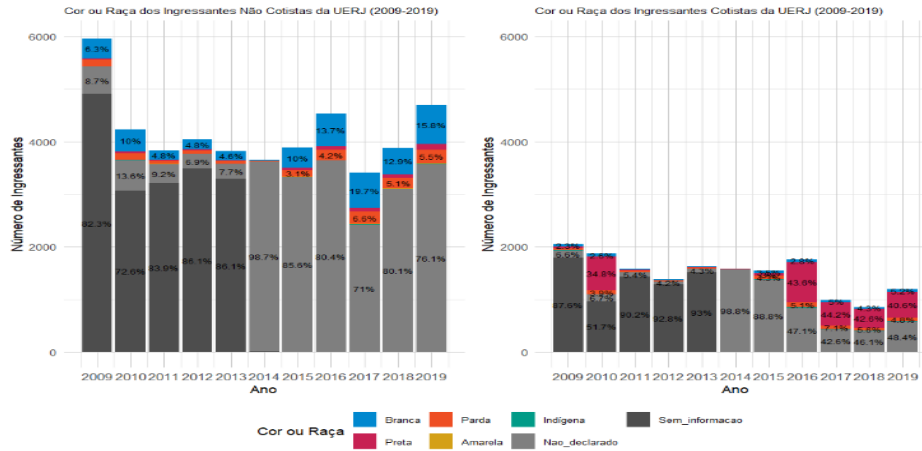


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Considerando a normativa da política de cotas da UERJ, que destina 45% das vagas para diferentes grupos sociais, incluindo 20% para negros, indígenas e quilombolas, a análise dos dados sobre os ingressantes cotistas em 2019 revela uma contradição alarmante. Entre os ingressantes cotistas, 48,4% não declararam sua cor ou raça, o que é especialmente preocupante considerando que essas vagas são, em grande parte, reservadas para grupos raciais específicos. A ausência de informação para quase metade dos ingressantes cotistas levanta sérias dúvidas sobre a transparência e a eficácia na implementação das políticas de cotas da universidade.

Entre os não cotistas, a situação também não é encorajadora. Em 2019, 76,1% dos ingressantes não declararam sua cor ou raça. Esse dado indica uma falha generalizada na coleta de informações essenciais, comprometendo a capacidade da UERJ de avaliar se suas políticas de inclusão estão realmente alcançando os grupos a que se destinam. É crucial que a UERJ adote medidas para melhorar a coleta e registro de informações raciais, assegurando que a reserva de vagas cumpra seu propósito de promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Figura 10 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Uerj (2009-2019)

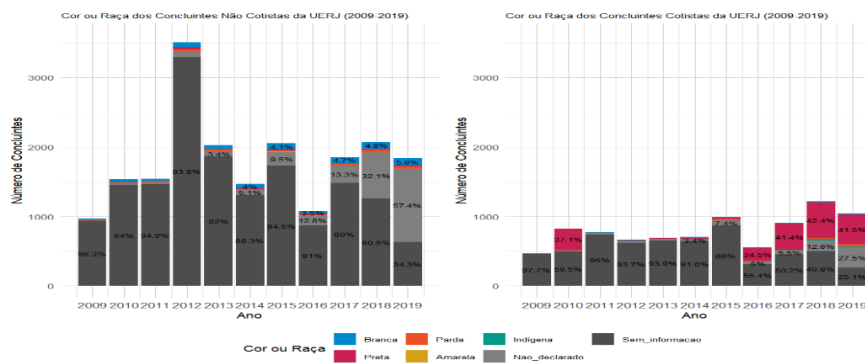


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Entre os concluintes, a ausência de dados é alarmante. Em 2019, 57,4% dos concluintes não cotistas não declararam sua cor ou raça, e outros 5,8% estavam classificados como "Sem informação", resultando em 63,2% sem dados raciais. Entre os cotistas, a situação também é preocupante: 27,5% não declararam sua cor ou raça, e 25,1% estavam "Sem informação", somando 52,6% de concluintes cotistas sem registro racial. Essa carência de dados compromete a análise do impacto das cotas e dificulta o acompanhamento do progresso dos estudantes.

A representatividade de negros entre os concluintes revela uma disparidade preocupante. Entre os cotistas, a participação de estudantes pretos atingiu 41,6% em 2019, o que equivale a 434 indivíduos. Contudo, a representatividade de pardos permaneceu baixa, representando apenas 2,8% (29 estudantes). A situação é ainda mais crítica entre os não cotistas: apenas 0,8% dos concluintes eram pretos (15 indivíduos), e 1,7% eram pardos (31 indivíduos) no mesmo ano. Esses números evidenciam uma sub-representação persistente de negros entre os concluintes não cotistas, demonstrando que, apesar das políticas de inclusão, a desigualdade racial na conclusão dos cursos na UERJ continua sendo um desafio significativo.

Figura 11 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Uerj (2009-2019)

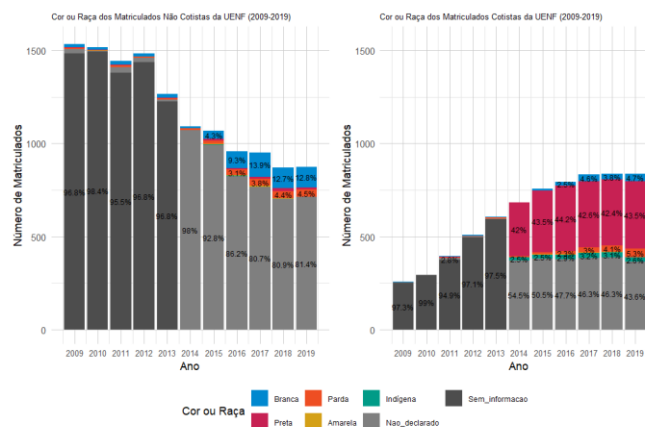


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

O caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), revela alguns padrões importantes em relação à ausência de informações raciais e a representatividade de negros na instituição. A ausência de informações sobre cor ou raça continua sendo um problema significativo na UENF, embora com algumas diferenças notáveis entre cotistas e não cotistas. Em 2019, entre os cotistas, 43,6% dos matriculados estavam "Não declarados", mas a categoria "Sem informação" já havia sido eliminada desde 2014. No entanto, essa ausência de dados "Não declarados" ainda é elevada, comprometendo a análise mais detalhada da composição racial dos matriculados cotistas. Entre os não cotistas, a situação é ainda mais crítica. Em 2019, 81,4% dos matriculados não cotistas estavam "Não declarados", uma proporção extremamente alta que, juntamente com a eliminação da categoria "Sem informação" após 2014, ainda indica uma falha substancial no registro de informações raciais. Isso reflete a necessidade urgente de melhorias na coleta de dados para garantir a transparência e a eficácia das políticas de inclusão.

Em relação à evolução dos estudantes negros, especialmente pretos e pardos, há uma diferença notável entre os grupos cotistas e não cotistas. Entre os cotistas, a participação de estudantes pretos manteve-se estável ao longo dos anos, com um leve aumento em 2019, quando representaram 43,5% dos matriculados (364 indivíduos). A presença de estudantes pardos também mostrou crescimento, alcançando 5,3% em 2019 (44 indivíduos). Por outro lado, entre os não cotistas, a representatividade de negros continua baixa. Em 2019, apenas 1,1% dos não cotistas eram pretos (10 indivíduos), e 4,5% eram pardos (39 indivíduos). Essa sub-representação persistente entre os não cotistas reforça a necessidade de políticas mais eficazes e abrangentes que garantam a inclusão racial em todos os segmentos da universidade.

Figura 12 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Uenf (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

A análise da distribuição de cor ou raça entre os ingressantes cotistas e não cotistas da UENF revela desafios significativos em termos de transparência de informações e representatividade racial, especialmente no que se refere à presença de negros. Em 2019, impressionantes 73,7% dos ingressantes não cotistas não declararam sua cor ou raça. Esse dado alarmante, somado à ausência de registros na categoria "Sem informação" desde 2014, dificulta enormemente a avaliação das políticas de inclusão racial. Desde então, a alta proporção de dados não declarados, constantemente acima de

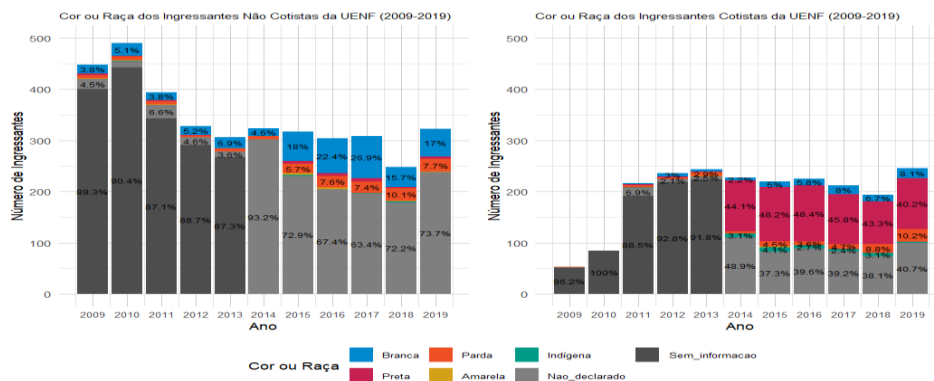
60%, sugere uma falha persistente na coleta de informações essenciais para a implementação e monitoramento dessas políticas.

No caso dos cotistas, a situação, embora ligeiramente melhor, ainda é preocupante. Em 2019, 40,7% dos ingressantes cotistas não declararam sua cor ou raça. Embora a categoria "Sem informação" tenha sido eliminada desde 2014, a alta taxa de "não declarados" compromete a capacidade de avaliar o impacto real das ações afirmativas. A tendência ao longo dos anos mostra uma redução gradual na proporção de "não declarados", mas os números ainda permanecem elevados o suficiente para prejudicar uma análise completa e precisa.

Quando observamos a evolução da representatividade de pretos e pardos, os dados são reveladores. Entre os ingressantes não cotistas, a participação de negros permaneceu baixa ao longo dos anos. Em 2019, apenas 1,2% dos ingressantes não cotistas eram pretos e 7,7% eram pardos, números que confirmam a persistente sub-representação desse grupo fora das cotas, mesmo com a vigência de políticas afirmativas. Por outro lado, entre os ingressantes cotistas, os números são mais elevados, mas ainda insuficientes para atender plenamente às expectativas de inclusão racial. Em 2019, 40,2% dos cotistas eram pretos e 10,2% pardos. Embora esses dados mostrem uma melhoria em relação aos não cotistas, eles também indicam uma tendência preocupante: desde 2014, a proporção de pretos entre os cotistas vem diminuindo, enquanto a participação de pardos, embora tenha aumentado ligeiramente, não apresenta um crescimento robusto. Essa dinâmica sugere que, apesar das cotas, a UENF enfrenta desafios para garantir que suas políticas afirmativas alcancem os resultados desejados de forma ampla e consistente.

Considerando a normativa de ações afirmativas da UENF, que reserva 45% das vagas para cotistas, sendo 20% destinadas a negros (pretos e pardos) e indígenas, a análise dos dados aponta para a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos de coleta e registro de informações raciais. A alta proporção de "não declarados", tanto entre cotistas quanto entre não cotistas, impede uma avaliação precisa da eficácia dessas políticas e levanta dúvidas sobre sua implementação. Além disso, a representatividade de negros, embora mais expressiva entre os cotistas, ainda está aquém do ideal, evidenciando a necessidade de ajustes e de um monitoramento mais rigoroso para garantir que as ações afirmativas cumpram efetivamente seu papel de promover inclusão e equidade racial na universidade.

Figura 13 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Uenf (2009-2019)



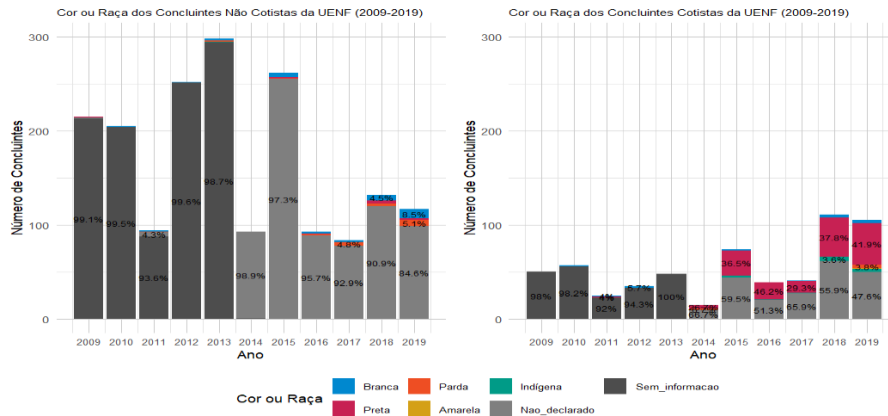
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Dentre os concluintes cotistas e não cotistas, a Uenf apresenta um cenário preocupante de falta de informações e uma sub-representação contínua de negros. Em 2019, 84,6% dos concluintes não cotistas não declararam sua cor ou raça, evidenciando uma falha sistêmica na coleta de dados essenciais para avaliar o impacto das políticas de inclusão. Esse número é parte de uma tendência mais ampla observada ao longo dos anos, onde a proporção de "não declarados" permanece elevada, embora tenha caído de um pico de 98,9% em 2014. A ausência de informações claras e consistentes sobre a identidade racial dos concluintes compromete seriamente a transparência das ações afirmativas e a capacidade de monitorar seu sucesso. Entre os cotistas, o cenário também não é muito mais encorajador. Em 2019, 47,6% dos concluintes cotistas não declararam sua cor ou raça. Apesar de uma ligeira melhora em relação aos anos anteriores, essa taxa ainda é alarmante.

Quando focamos na representatividade de negros entre os concluintes, os dados mostram uma evolução positiva, mas ainda insuficiente. Entre os cotistas, a proporção de pretos aumentou de 26,7% em 2014 para 41,9% em 2019, indicando algum progresso. No entanto, a participação de pardos permaneceu baixa, atingindo apenas 3,8% em 2019. Essa sub-representação de pardos, especialmente quando comparada aos pretos, sugere que as políticas afirmativas podem estar alcançando alguns grupos raciais mais do que outros, o que demanda uma reavaliação estratégica.

Por outro lado, entre os concluintes não cotistas, a representatividade de negros continua extremamente baixa. Em 2019, apenas 1,7% dos concluintes não cotistas eram pretos, e 5,1% eram pardos.

Figura 14 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Uenf (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

As universidades estaduais fluminenses, UERJ e UENF, apesar de pioneiras na adoção de políticas de cotas, enfrentam desafios distintos e comuns, especialmente em relação à coleta de dados sobre cor ou raça. Tanto a UERJ quanto a Uenf enfrentam uma alta proporção de estudantes que não declaram sua identidade racial, comprometendo a eficácia das políticas de inclusão. As análises dos dados revelam uma sub-representação persistente de negros entre os estudantes não cotistas em ambas as universidades, com uma participação significativamente menor em comparação com os cotistas. Esse cenário reflete a importância das cotas para garantir maior diversidade racial, mas também evidencia a necessidade de expandir essas políticas para alcançar uma inclusão mais ampla.

Em termos de proporcionalidade em relação à população do estado do Rio de Janeiro, onde a presença de negros (pretos e pardos) é expressiva, as universidades ainda estão aquém do ideal. A alta proporção de "não declarados" compromete a transparência e a capacidade de monitorar o sucesso das políticas afirmativas. Para enfrentar esses desafios, é essencial fortalecer os mecanismos de coleta e registro de dados raciais, além de reavaliar as estratégias de inclusão, garantindo que as ações afirmativas sejam eficazes em promover a diversidade racial em todos os segmentos das instituições.

2.1.3 As universidades estaduais paulistas: Unesp, Unicamp e USP

Em São Paulo, a composição racial é distinta dentro da região Sudeste, com a população branca sendo majoritária, representando 57,8% dos habitantes, seguida pela população parda, que constitui 33,0%. A população preta representa 8,0%, enquanto as populações amarela e indígena compõem 1,2% e 0,1%, respectivamente. Diante dessa realidade demográfica, as universidades estaduais paulistas, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), têm implementado políticas de cotas para tentar alinhar a composição de seus corpos discente à diversidade racial do estado. Essas políticas são essenciais para garantir que as instituições de ensino superior reflitam, de maneira mais equitativa, a complexa diversidade racial de São Paulo.

Nesse contexto, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) foi a primeira a implementar uma política de cotas entre as três instituições, em 2013, reservando 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com uma subcota específica de 35% destinada a candidatos negros e indígenas. Essa medida refletiu os esforços iniciais da Unesp em alinhar a composição estudantil com a diversidade racial do estado de São Paulo.

Em 2017, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) estabeleceu sua própria política de cotas, reservando de 15% a 27,2% das vagas para estudantes negros em cada curso. A Unicamp também ampliou o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), que desde 2004 oferece bonificações no vestibular para estudantes de escolas públicas. Essas iniciativas sublinharam o compromisso da Unicamp com a inclusão social e racial, fortalecendo ainda mais suas ações afirmativas.

O passo mais significativo no cenário das universidades paulistas ocorreu em 2016, quando a Universidade de São Paulo (USP) aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e passou a reservar até 30% de suas vagas para estudantes de escolas públicas. Esse movimento foi precedido pela reformulação do Programa de Inclusão Social (INCLUSP) em 2015, que introduziu um sistema de bonificação, concedendo até 25% de bônus nos resultados do vestibular para esses grupos. Em 2017, a USP avançou ainda mais ao aprovar, por meio da Resolução nº 7.373/2017, um sistema de cotas no vestibular da Fuvest, ampliando a reserva de vagas para 50% destinadas a estudantes de escolas públicas, com subcotas específicas para pretos, pardos e indígenas.

Apesar desses avanços, a política de cotas da USP enfrenta desafios significativos em sua execução, levantando questionamentos sobre sua eficácia e alinhamento com a composição racial da população de São Paulo. A implementação tardia das cotas, com dados de ingressantes cotistas surgindo apenas a partir de 2021, destaca a necessidade urgente de reformas mais profundas. Além

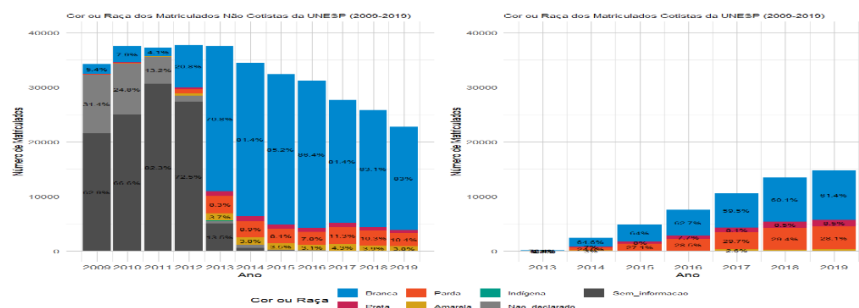
disso, a falta de dados detalhados sobre a distribuição racial dos estudantes cotistas, muitas vezes justificada pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), limita a capacidade de avaliar o verdadeiro impacto dessas políticas.

A transparência e o monitoramento contínuos são essenciais para que as cotas realmente cumpram seu objetivo de promover inclusão e representatividade. Isso é especialmente importante diante dos desafios práticos observados, como a sub-representação de negros e pardos na USP em comparação com a população do estado de São Paulo. Reformas estruturais são necessárias para que a instituição não só reflita a diversidade racial do estado, mas também cumpra de maneira substantiva sua missão de inclusão e justiça social.

Ao analisar os dados sobre a distribuição de cor ou raça entre os matriculados cotistas e não cotistas da Unesp, observa-se uma trajetória distinta na evolução da presença de diferentes grupos raciais e na qualidade das informações disponíveis. Entre os cotistas, a proporção de estudantes brancos manteve-se elevada ao longo dos anos, variando de 64% em 2015 (3.128 estudantes) a 61,4% em 2019 (9.098 estudantes), com um leve crescimento no número absoluto de matriculados brancos. A presença de estudantes pretos e pardos, que compõem o grupo de negros, também apresentou crescimento. A proporção de pretos, embora modesta, subiu de 8% em 2015 (390 estudantes) para 8,5% em 2019 (1.255 estudantes). Já a proporção de pardos, que era de 27,1% em 2015 (1.327 estudantes), manteve-se relativamente estável, atingindo 28,1% em 2019 (4.160 estudantes). Um aspecto notável entre os cotistas é a redução significativa da ausência de informações sobre cor ou raça. Desde 2016, não há registros de estudantes na categoria "Não declarado" ou "Sem informação", o que sugere uma melhora substancial na coleta de dados raciais.

No caso dos não cotistas, a presença de estudantes brancos continuou sendo predominante, representando 83% dos matriculados em 2019 (18.905 estudantes), o que, embora seja uma leve redução em relação aos 86,4% de 2016 (26.930 estudantes), ainda reflete uma sub-representação de negros em comparação à população geral. Os pretos, por exemplo, compuseram apenas 2,6% dos não cotistas em 2019 (591 estudantes), e os pardos 10,4% (2.370 estudantes), números significativamente menores do que o esperado para refletir a diversidade racial do estado de São Paulo. A ausência de informações sobre cor ou raça, que foi extremamente alta no início do período analisado, com 62,9% (21.528 estudantes) dos não cotistas classificados como "Sem informação" em 2009 e 31,4% (10.743 estudantes) como "Não declarados", caiu drasticamente após 2013, praticamente desaparecendo nos anos subsequentes.

Figura 15 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Unesp (2009-2019)

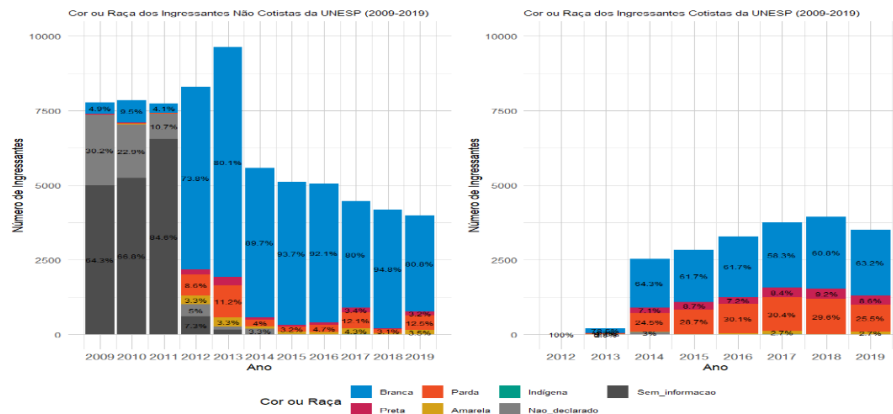


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Entre os cotistas, é preciso destacar o aumento progressivo do número absoluto de estudantes ao longo dos anos. Em 2013, a Unesp contava com 92 estudantes brancos ingressantes cotistas, número que subiu para 9.098 em 2019, evidenciando uma expansão significativa na adesão a essa política. Paralelamente, a representatividade de estudantes negros também cresceu: os pardos, por exemplo, passaram de 13,4% (17 estudantes) em 2013 para 28,1% (4.160 estudantes) em 2019, enquanto a proporção de estudantes pretos aumentou de 9,4% (12 estudantes) em 2013 para 8,5% (1.255 estudantes) em 2019. Esses dados indicam que a política de cotas da Unesp, implementada em 2013 com a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, incluindo 35% destinadas a negros e indígenas, está mostrando resultados positivos em termos de inclusão e diversidade racial entre os ingressantes cotistas.

Em contraste, entre os ingressantes não cotistas, a predominância de estudantes brancos permaneceu significativamente alta ao longo do período, representando 83% (18.905 estudantes) em 2019. A presença de negros (pretos e pardos) entre os não cotistas foi notavelmente inferior em comparação aos cotistas: a proporção de pretos foi de apenas 2,6% (591 estudantes) e a de pardos 10,4% (2.370 estudantes) em 2019. Um aspecto positivo a ser destacado é a drástica redução na ausência de informações sobre cor ou raça entre os ingressantes não cotistas. No início do período analisado, a categoria "Sem informação" representava 62,9% (21.528 estudantes) dos registros em 2009, mas caiu para 0% a partir de 2017. A categoria "Não declarado" também apresentou uma redução significativa, passando de 31,4% (10.743 estudantes) em 2009 para 0% em 2019. Esse avanço na qualidade dos dados é crucial para permitir uma análise mais precisa da eficácia das políticas de cotas e da inclusão racial na Unesp, indicando que, apesar dos desafios, há um movimento progressivo na direção de uma maior representatividade racial entre os estudantes, conforme estabelecido pela normativa de cotas da instituição.

Figura 16 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Unesp (2009-2019)



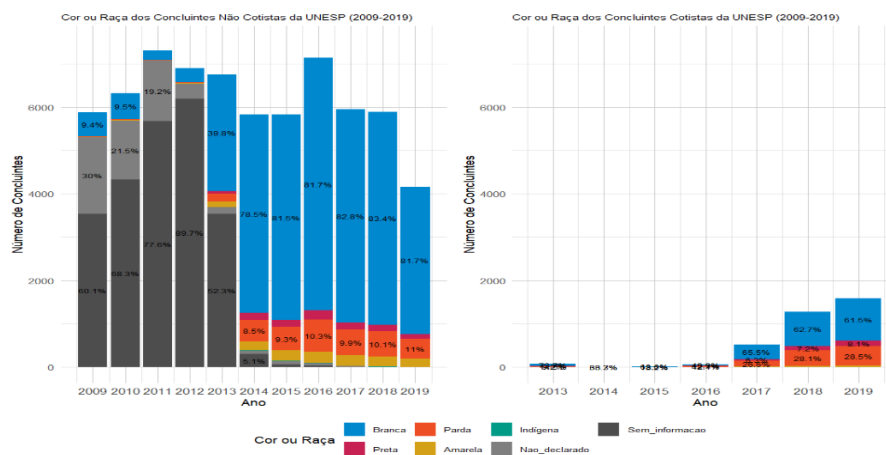
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

A análise dos dados sobre a distribuição de cor ou raça entre os concluintes cotistas e não cotistas da Unesp revela uma evolução distinta na presença de diferentes grupos raciais ao longo dos anos, especialmente no que diz respeito à ausência de informações sobre cor ou raça e à representatividade de estudantes negros (pretos e pardos). Entre os concluintes cotistas, a proporção de estudantes brancos apresentou uma redução de 73,7% em 2013 (56 estudantes) para 61,5% em 2019 (974 estudantes). Paralelamente, a presença de estudantes pretos e pardos evoluiu positivamente.

A proporção de pretos, que era de 9,2% em 2013 (7 estudantes), aumentou para 8,1% em 2019 (128 estudantes). Já a proporção de pardos teve um crescimento contínuo, subindo de 14,5% em 2013 (11 estudantes) para 28,5% em 2019 (451 estudantes). Um aspecto notável entre os cotistas é a eliminação total das categorias "Não declarado" e "Sem informação" a partir de 2013, indicando uma melhora significativa na coleta de dados raciais.

Entre os concluintes não cotistas, a predominância de estudantes brancos também foi marcante, com uma leve redução ao longo dos anos. Em 2013, 39,8% dos concluintes não cotistas (2.685 estudantes) eram brancos, aumentando para 81,7% em 2019 (3.395 estudantes). No entanto, a presença de estudantes pretos e pardos entre os não cotistas manteve-se baixa. A proporção de estudantes pretos foi de apenas 2,8% em 2019 (117 estudantes), enquanto a de pardos foi de 11% (456 estudantes), o que representa uma sub-representação em comparação com a população geral do estado de São Paulo. A ausência de informações sobre cor ou raça, que era extremamente alta no início do período analisado, com 60,1% dos não cotistas classificados como "Sem informação" em 2009 (3.538 estudantes) e 30% como "Não declarados" (1.762 estudantes), diminuiu drasticamente após 2013, desaparecendo nos anos subsequentes.

Figura 17 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Unesp (2009-2019)



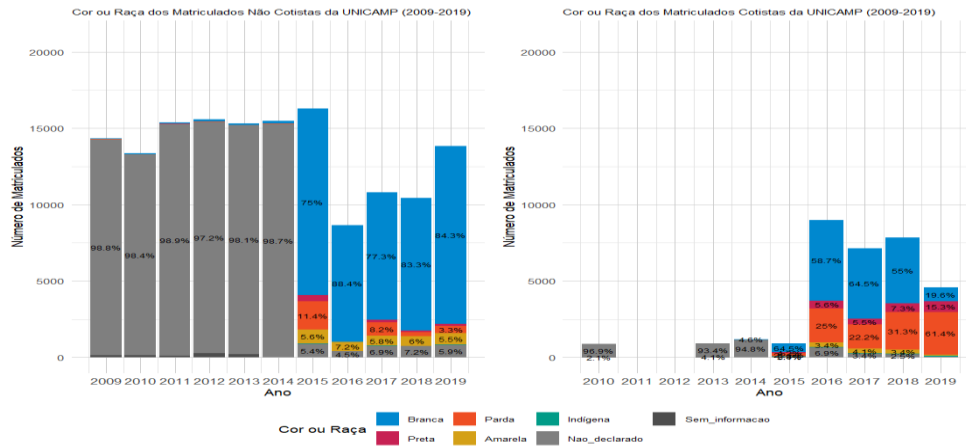
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

O caso da Unicamp revela mudanças significativas, especialmente na evolução da representatividade de estudantes negros (pretos e pardos) e na redução da ausência de informações sobre cor ou raça. Entre os cotistas, a proporção de estudantes brancos diminuiu drasticamente, passando de 64,5% em 2017 para apenas 19,6% em 2019, correspondendo a um número absoluto de 893 estudantes. Em contraste, a representatividade de estudantes negros aumentou de maneira notável: a proporção de pardos cresceu de 22,2% em 2017 para 61,4% em 2019, alcançando 2.803 estudantes, enquanto a proporção de pretos subiu de 5,5% em 2017 para 15,3% em 2019, totalizando 699 estudantes. A ausência de informações sobre cor ou raça entre os cotistas, que era expressiva em anos anteriores, foi reduzida significativamente, com a categoria "Não declarado" caindo de 96,9% em 2010 para apenas 0,8% em 2019, e "Sem informação" desaparecendo completamente após 2014.

Entre os não cotistas, a presença de estudantes brancos permaneceu predominante, aumentando de 75% em 2015 para 84,3% em 2019, o que corresponde a 11.653 estudantes. No

entanto, a representatividade de estudantes negros entre os não cotistas manteve-se baixa. A proporção de pretos foi de apenas 1% em 2019, com 135 estudantes, enquanto a de pardos foi de 3,3%, representando 452 estudantes. Assim como ocorreu entre os cotistas, a ausência de informações sobre cor ou raça entre os não cotistas diminuiu significativamente ao longo dos anos. Em 2009, 98,8% dos estudantes não cotistas estavam na categoria "Não declarado", enquanto em 2019, essa proporção caiu para 5,9%, mostrando uma melhora na coleta de dados e um maior compromisso com a transparência na Unicamp.

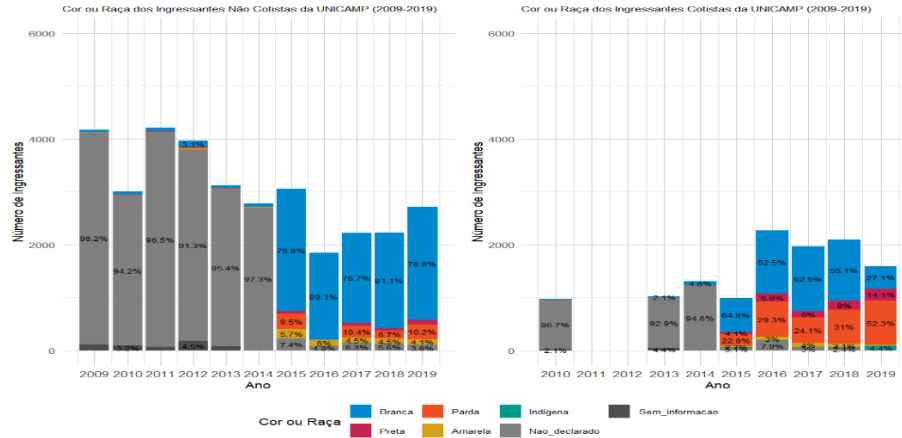
Figura 18 – Cor ou Raça dos matriculados cotistas e não cotistas da Unicamp (2009-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Observando os dados referentes à distribuição de cor ou raça entre os ingressantes cotistas e não cotistas da Unicamp, nota-se uma transformação expressiva ao longo dos anos, especialmente na melhora da transparência das informações e no aumento da representatividade de estudantes negros (pretos e pardos). No grupo de ingressantes cotistas, a presença de estudantes brancos, que era majoritária em 2015 com 64,8% (641 estudantes), caiu para 27,1% em 2019, representando 433 estudantes. Em contrapartida, o número de estudantes pardos quase dobrou no mesmo período, saltando de 22,8% em 2015 (225 estudantes) para 52,3% em 2019, totalizando 836 estudantes. A proporção de estudantes pretos também aumentou significativamente, de 4,1% em 2015 (41 estudantes) para 14,1% em 2019 (226 estudantes). A ausência de informações sobre cor ou raça, que era um problema sério em 2010, com 96,7% dos cotistas (935 estudantes) não declarando a cor ou raça, praticamente desapareceu em 2019, com apenas 0,7% (11 estudantes) sem essa informação.

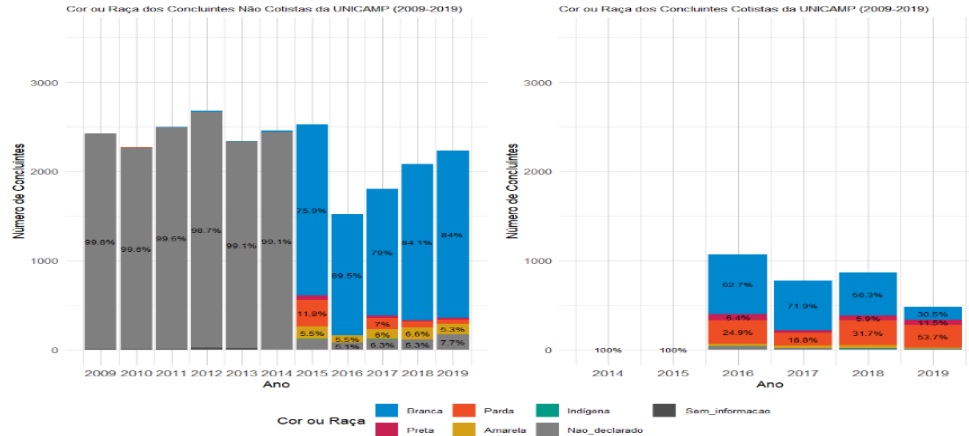
Por outro lado, entre os ingressantes não cotistas, a predominância de estudantes brancos permaneceu alta, embora com uma leve redução. Em 2019, eles representavam 78,9% do total, o que corresponde a 2.140 estudantes, uma diminuição em relação aos 75,8% (2.315 estudantes) de 2015. No entanto, a presença de estudantes negros entre os não cotistas continuou baixa, com pardos representando 10,2% (277 estudantes) e pretos apenas 3% (81 estudantes) em 2019. A ausência de informações sobre cor ou raça também melhorou significativamente entre os não cotistas, passando de 96,2% (4.014 estudantes) em 2009 na categoria "Não declarado" para 3,8% (102 estudantes) em 2019, com a categoria "Sem informação" eliminada a partir de 2014. Esses avanços refletem as mudanças institucionais e a implementação das políticas de cotas da Unicamp, que visam aumentar a diversidade e corrigir desigualdades raciais no acesso à educação superior.

Figura 19 – Cor ou Raça dos ingressantes cotistas e não cotistas da Unicamp (2009-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Dentre os concluintes cotistas e não cotistas, a análise dos dados sobre a distribuição de cor ou raça na Unicamp revela diferenças significativas na evolução da representatividade racial ao longo dos anos, com especial destaque para as melhorias na coleta de informações sobre cor ou raça. No caso dos concluintes cotistas, observa-se uma redução expressiva na proporção de estudantes brancos, que caiu de 62,7% em 2016 (671 estudantes) para 30,5% em 2019 (146 estudantes). Paralelamente, a representatividade de estudantes negros (pretos e pardos) apresentou um aumento substancial: a proporção de estudantes pretos passou de 6,4% em 2016 (69 estudantes) para 11,5% em 2019 (55 estudantes), enquanto a proporção de estudantes pardos cresceu de 24,9% em 2016 (267 estudantes) para 53,7% em 2019 (257 estudantes). Além disso, a ausência de informações sobre cor ou raça entre os concluintes cotistas praticamente desapareceu, com as categorias "Não declarado" e "Sem informação" reduzidas a 1,5% (7 estudantes) e 0%, respectivamente, em 2019.

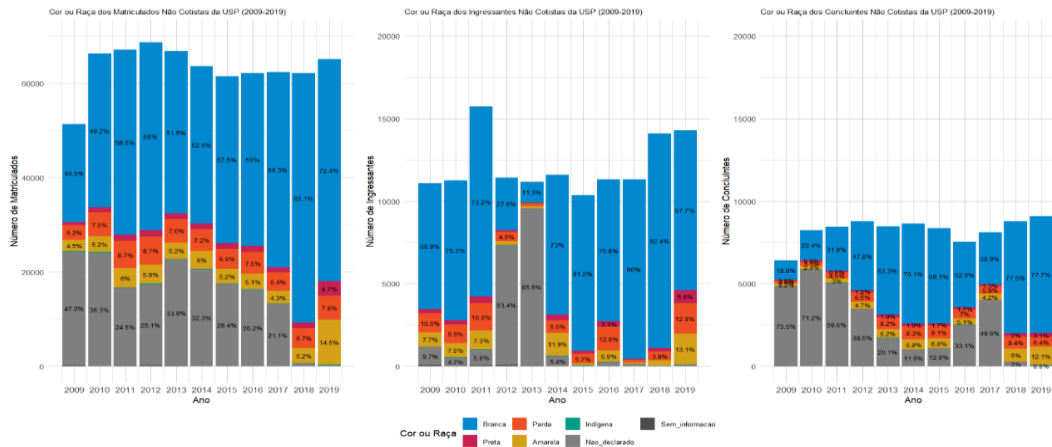
Entre os concluintes não cotistas, a predominância de estudantes brancos permaneceu alta e relativamente estável, representando 84% dos concluintes em 2019 (1.875 estudantes). Em contraste, a representatividade de estudantes negros entre os não cotistas continuou baixa, com apenas 0,9% de estudantes pretos (19 estudantes) e 2,1% de estudantes pardos (47 estudantes) em 2019. Apesar desse cenário, houve uma melhora significativa na coleta de informações, com a ausência de dados sobre cor ou raça, que era anteriormente altíssima, sendo reduzida de 99,8% em 2009 para 7,7% em 2019 (171 estudantes) na categoria "Não declarado" e praticamente eliminada na categoria "Sem informação". Esses dados refletem tanto os desafios quanto os avanços na implementação das políticas de cotas na Unicamp, evidenciando o impacto positivo dessas políticas na diversidade racial entre os concluintes da universidade.

Figura 20 – Cor ou Raça dos concluintes cotistas e não cotistas da Unicamp (2009-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

O caso da USP é particularmente relevante quando se considera que a instituição só começou a registrar a presença de cotistas a partir de 2021. Até então, a USP seguiu uma trajetória distinta em comparação com outras universidades públicas, como a Unesp e a Unicamp, que implementaram políticas de cotas mais cedo. Essa demora na adoção de medidas afirmativas reflete-se nos dados de matriculados, ingressantes e concluintes ao longo dos anos. Entre os matriculados, os estudantes brancos dominaram, com percentuais significativos, atingindo 85,1% em 2018 (52.872 estudantes) e registrando uma leve queda para 72,4% em 2019 (47.146 estudantes). Em contraste, a representatividade de estudantes negros (pretos e pardos) permaneceu modesta, embora tenha apresentado crescimento recente. A presença de estudantes pretos aumentou de 2% em 2018 para 4,7% em 2019 (3.031 estudantes), enquanto a proporção de pardos subiu de 6,7% em 2018 para 7,8% em 2019 (5.072 estudantes).

No caso dos ingressantes, essa tendência se repete, com uma predominância de estudantes brancos que alcançou 96% em 2017 (10.853 estudantes) e, embora tenha diminuído para 67,7% em 2019 (9.673 estudantes), ainda permanece elevada. Em termos de diversidade racial, a USP começou a mostrar sinais de mudança, com a proporção de estudantes pretos crescendo de 1,4% em 2018 (192 estudantes) para 5,6% em 2019 (797 estudantes) e os pardos aumentando de 3,8% em 2018 (536 estudantes) para 12,9% em 2019 (1.845 estudantes).

Figura 21 – Cor ou Raça dos matriculados, ingressantes e concluintes em geral da USP (2009-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Entre os concluintes, os estudantes brancos mantiveram a maioria, representando 84% em 2019 (1.875 estudantes), enquanto a representatividade dos estudantes negros continuou baixa, apesar de uma leve melhora. Os estudantes pretos, por exemplo, passaram de 2% em 2018 (180 estudantes) para 3,1% em 2019 (278 estudantes), e os pardos, de 8,4% em 2018 (734 estudantes) para 6,4% em 2019 (581 estudantes).

Além disso, é relevante destacar a significativa redução da ausência de informações sobre cor ou raça. Em 2009, 47,2% dos matriculados eram classificados como "Não declarados", número que caiu drasticamente para 0,3% em 2019 (197 estudantes), enquanto a categoria "Sem informação" foi praticamente eliminada. Esses dados ilustram tanto os desafios quanto os avanços na diversidade racial na USP e reforçam a importância das políticas de inclusão implementadas posteriormente, que buscam corrigir essa sub-representação histórica de grupos negros na universidade.

3. Políticas de cotas para a população negra nas universidades estaduais do Sudeste

Ao analisar o cumprimento das políticas de cotas nas universidades estaduais do Sudeste, torna-se imperativo adotar uma abordagem crítica e objetiva, especialmente em relação à inclusão da população negra, que representa uma parcela significativa da população nessa região. Ainda que essas políticas tenham sido implementadas como resposta às desigualdades raciais históricas, a eficácia dessas medidas é colocada em xeque quando analisamos os resultados práticos em termos de representatividade racial.

Em Minas Gerais, a situação das universidades estaduais destaca-se de forma alarmante. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) implementou uma política de cotas em 2004. Entretanto, após um longo período sem registros de cotistas, a universidade retomou a admissão de estudantes por meio de cotas apenas em 2022. Nesse ano, apenas 4,5% dos ingressantes foram cotistas, dos quais 38% eram negros. Este é o menor percentual de cotistas entre as universidades estaduais do Sudeste, o que evidencia um distanciamento preocupante em relação à representatividade racial desejada. Considerando que mais de 50% da população de Minas Gerais é composta por negros

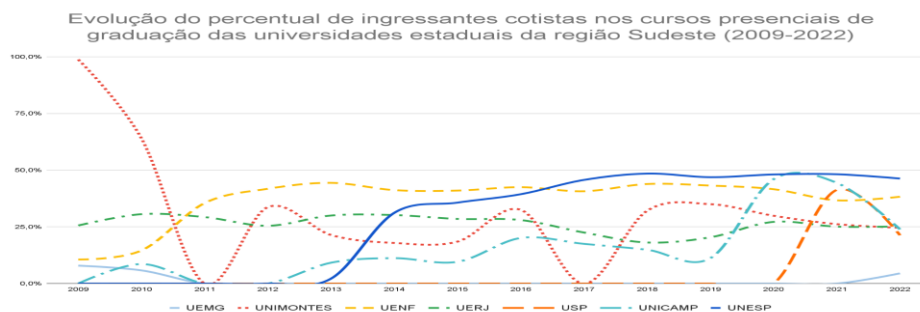
(pretos e pardos), essa discrepância ilustra não apenas uma falha na implementação, mas também uma necessidade urgente de ajustes estruturais para que a UEMG cumpra seu papel de justiça social e inclusão racial.

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), embora apresente números superiores aos da UEMG, ainda está distante de uma inclusão plena. Em 2022, 24,6% dos ingressantes foram cotistas, sendo 67% negros. Embora o percentual de negros seja relativamente mais alto, a universidade também falha em refletir adequadamente a diversidade racial do estado. A falta de políticas mais robustas que garantam a representatividade equitativa demonstra que, mesmo em universidades que apresentam melhores números, a inclusão ainda não é efetiva.

No Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é frequentemente citada como pioneira na adoção de políticas de cotas, implementadas em 2003. No entanto, uma análise mais criteriosa dos dados revela que, embora a universidade esteja à frente em termos de política afirmativa, os resultados práticos ainda não atingem a representatividade racial necessária. Em 2022, 25,2% dos ingressantes eram cotistas, dos quais 74% negros. Embora esses números sejam melhores que os de Minas Gerais, ainda existe uma distância considerável para que a UERJ consiga refletir a realidade demográfica do estado, onde a população negra constitui aproximadamente 54%.

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) segue uma trajetória semelhante. Em 2022, 38,3% dos ingressantes foram cotistas, dos quais 65% negros. Embora os percentuais estejam acima da média de algumas outras universidades, a sub-representação racial ainda é evidente, sugerindo que as políticas afirmativas ainda não são plenamente eficazes na promoção de uma inclusão proporcional à diversidade racial do estado.

Figura 22 - Evolução do percentual de ingressantes cotistas nos cursos presenciais de graduação das universidades estaduais da região Sudeste (2009-2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

Em São Paulo, a análise das políticas de cotas é igualmente preocupante. A Universidade de São Paulo (USP) só passou a registrar a presença de cotistas em 2021, um indício claro de resistência histórica à implementação de políticas afirmativas. Em 2022, 21,3% dos ingressantes foram cotistas, sendo 52% negros. Ainda que esse número pareça promissor, é insuficiente quando comparado à população negra do estado, que representa aproximadamente 38%. A implementação tardia das cotas e os números iniciais revelam uma falta de compromisso histórico da USP com a inclusão racial, o que exige esforços contínuos para corrigir essas disparidades.

Tabela 2 - Evolução do percentual de ingressantes cotistas nos cursos presenciais de graduação das universidades estaduais da região Sudeste (2009-2022)

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Uemg | 7,9% | 5,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 4,5% |
| Unimontes | 98,8% | 64,0% | 0,0% | 33,7% | 21,4% | 17,9% | 18,5% | 32,5% | 0,0% | 32,1% | 35,0% | 29,9% | 26,2% | 24,6% |
| Uenf | 10,6% | 14,6% | 35,5% | 41,8% | 44,4% | 41,2% | 41,0% | 42,5% | 40,7% | 43,9% | 43,2% | 41,6% | 36,7% | 38,3% |
| Uerj | 25,6% | 30,6% | 29,3% | 25,5% | 30,0% | 30,2% | 28,5% | 28,0% | 22,5% | 18,1% | 20,4% | 27,2% | 25,1% | 25,2% |
| USP | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,3% | 21,3% |
| Unicamp | 0,0% | 8,6% | 0,0% | 0,0% | 9,2% | 11,2% | 9,6% | 20,1% | 17,5% | 14,9% | 11,2% | 46,0% | 44,4% | 23,9% |
| Unesp | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 2,2% | 31,2% | 35,7% | 39,4% | 45,7% | 48,5% | 46,9% | 48,1% | 48,2% | 46,3% |

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censo da Educação Superior, Inep.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), que adotaram as políticas de cotas anteriormente, também enfrentam desafios semelhantes. Em 2022, a Unesp registrou 46,3% de ingressantes cotistas, dos quais 78% eram negros. A Unicamp, por sua vez, teve 23,9% de ingressantes cotistas, dos quais 70% eram negros. Embora esses números sejam melhores que os da USP, ainda refletem uma lacuna significativa em termos de representatividade racial quando comparados à composição populacional do estado.

Essas análises deixam claro que, embora as políticas de cotas tenham sido implementadas nas universidades estaduais do Sudeste, elas não têm sido eficazes para alcançar uma equidade racial completa. A disparidade entre o percentual de estudantes negros e a população negra dos estados evidencia uma necessidade urgente de revisões e reforços nas políticas de inclusão para que essas instituições possam cumprir seus compromissos com a justiça social e racial.

Além disso, como apontado por Telles (2004) e Paixão et al. (2010), a simples adoção de cotas não resolve as questões mais profundas de desigualdade dentro das universidades. As falhas nas políticas de permanência, como a ausência de programas de apoio financeiro, tutoria acadêmica e suporte psicológico, agravam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros e cotistas. Muitos desses alunos ainda enfrentam desafios significativos, como a necessidade de conciliar trabalho e estudos, o que contribui para altas taxas de evasão e dificuldades em concluir o curso.

Telles (2004) e Paixão et al. (2010) chamam atenção para as falhas dessas políticas, especialmente no que diz respeito à evasão e às baixas taxas de conclusão entre estudantes negros e pardos. De fato, enquanto o ingresso de estudantes por meio das cotas promove uma maior diversidade no ensino superior, a ausência de políticas complementares, como programas de apoio financeiro, tutoria acadêmica, e suporte psicológico, tem sido um fator limitador para a permanência e o êxito desses alunos.

Além disso, a falta de iniciativas que promovam uma verdadeira inclusão social dentro das universidades resulta na perpetuação de barreiras institucionais que dificultam a trajetória acadêmica dos cotistas. Esses obstáculos, que vão desde o preconceito velado até a ausência de redes de apoio, reforçam a dinâmica excludente que as cotas, teoricamente, buscam superar. Como apontado por Paixão et al. (2010), muitos estudantes cotistas enfrentam desafios adicionais, como a necessidade de

trabalhar durante os estudos e a falta de infraestrutura adequada para atender às suas necessidades específicas, o que agrava ainda mais as dificuldades de permanência.

Por outro lado, o conceito de racismo estrutural, como descrito por Telles (2004), oferece uma lente importante para compreender os limites das políticas de inclusão no ensino superior. Embora as universidades tenham adotado as cotas, elas continuam reproduzindo formas de exclusão ao não desafiar de maneira eficaz as estruturas e práticas institucionais que perpetuam a desigualdade racial. Como afirma Araújo (2019), as universidades estaduais de São Paulo, por exemplo, ainda operam sob a lógica meritocrática, que muitas vezes invisibiliza as necessidades e os desafios enfrentados pelos estudantes negros. O racismo institucional, presente em diversas esferas da vida acadêmica, limita o impacto das políticas de inclusão e contribui para a marginalização contínua desses estudantes.

A crítica de Feres Júnior et al. (2013) sobre a eficácia das cotas é igualmente relevante aqui. Os autores destacam que, embora as cotas tenham sido um passo importante em direção à inclusão, sua implementação não tem sido homogênea nem efetiva em todas as universidades. Em muitos casos, as cotas são vistas apenas como uma medida quantitativa de diversidade, sem o acompanhamento necessário de políticas que garantam a qualidade da permanência dos cotistas e a igualdade de condições no ambiente universitário.

Outro ponto que merece atenção é a forma como as universidades têm lidado com a questão do acompanhamento acadêmico dos estudantes cotistas. O estudo de Campos (2019) enfatiza que as políticas de inclusão devem ser acompanhadas de programas específicos de acolhimento e acompanhamento contínuo dos alunos, garantindo que, além de ingressar na universidade, eles tenham as ferramentas necessárias para concluir seus estudos com sucesso. Essas políticas incluem tutorias, oficinas de reforço acadêmico, programas de mentoria e iniciativas de integração que promovam um ambiente universitário mais acolhedor e menos excludente.

Por fim, é fundamental destacar a importância de um monitoramento constante das políticas de ação afirmativa, de modo a ajustar e adaptar as medidas existentes conforme as necessidades reais dos estudantes e o contexto social e econômico em que essas universidades estão inseridas. O racismo estrutural não se manifesta apenas no acesso ao ensino superior, mas permeia toda a experiência universitária dos cotistas, exigindo, assim, um conjunto mais amplo e robusto de políticas de apoio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de cotas nas universidades estaduais da região Sudeste do Brasil revela avanços importantes, mas também destaca os desafios persistentes na efetiva inclusão racial nas instituições de ensino superior. A implementação dessas políticas, especialmente nas universidades de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, representa um marco significativo na democratização do acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados, em especial a população negra.

No entanto, apesar dos progressos na ampliação do acesso, a eficácia das políticas de cotas ainda enfrenta limitações, conforme observado nos dados sobre a representatividade racial dos estudantes matriculados, ingressantes e concluintes. As universidades estaduais, embora tenham adotado mecanismos de inclusão, ainda não refletem plenamente a diversidade racial presente nos estados que compõem a região Sudeste. A análise crítica dos dados de cada instituição mostra que,

mesmo com a implementação das cotas, persistem barreiras institucionais que dificultam a permanência e o sucesso dos estudantes negros, especialmente devido à falta de políticas complementares de suporte acadêmico, financeiro e psicossocial.

Em instituições como a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a ausência de dados precisos sobre cor ou raça prejudica uma avaliação clara do impacto das cotas, revelando a necessidade urgente de maior transparência e rigor na coleta de informações. Da mesma forma, nas universidades do Rio de Janeiro, especialmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pioneira na adoção das cotas, as lacunas na declaração racial dos estudantes ingressantes e concluintes apontam para desafios estruturais na aplicação das políticas de inclusão.

As universidades paulistas, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), embora tenham adotado as cotas de forma tardia, registram avanços significativos na representatividade de negros e pardos. No entanto, a sub-representação desses grupos entre os concluintes indica que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a equidade racial no ensino superior público.

Diante desse cenário, é fundamental que as universidades estaduais reforcem suas políticas de ação afirmativa, ampliando os mecanismos de acompanhamento e apoio aos estudantes cotistas, para que possam não apenas ingressar, mas também concluir seus cursos com sucesso. A melhoria na coleta de dados e a implementação de políticas complementares de suporte acadêmico, financeiro e psicossocial são medidas essenciais para consolidar as conquistas alcançadas e enfrentar as desigualdades ainda presentes. Só assim será possível garantir que as políticas de cotas cumpram efetivamente seu papel de promover justiça social e racial no ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Danielle Pereira de. Inclusão com mérito e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 3, 2019, p. 2182-2213.

BARRETO, Paulo Sérgio da Costa; RIOS, Flávia; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SANTOS, Dyane Brito Reis. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2021 e 2019. *BIB*, São Paulo, n. 94, 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Em busca do público: a controvérsia das cotas raciais na imprensa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2019.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações Afirmativas Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. (Coleção

Sociedade e Política). ISBN: 978-65-990364-7-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; BARBABELA, Eduardo; RAMOS, Pedro. Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP-UERJ, 2013, p. 1-25.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2016.

HENRIQUE, R.; ALENCASTRO, L. F. Democracia Racial ou Pluralismo de Racismos? As Políticas de Ação Afirmativa e a Construção da Cidadania no Brasil. In: TELLES, R. (Ed.). **Desigualdade Racial no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 125-157. IPEA, Brasília, 2021.

HERINGER, Rosana; CORREIA, Denise. (2022). 10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Rede educativa. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/22264/1/Lei%20de%20cotas.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2024.

HERINGER, Rosana. Affirmative Action Policies in Higher Education in Brazil: Outcomes and Future Challenges. *Social Sciences*, v. 13, n. 132, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci13030132>. Acesso em: 12 set. 2024.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010**. Rio de Janeiro: Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser), UFRJ, 2010.

PAULA, Marcos. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

RAWLS, J. A **Theory of Justice**. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hczBQtTQgDK6C37gc5N5ZQc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de junho de 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei nº 12.711/2012). *Cadernos de estudos e Pesquisas em políticas Educacionais*, v. 6, 2018. Disponível em:

<https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5384/4094>. Acesso em: 12 de maior de /05/2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 172, p. 184-208. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v49n172/1980-5314-cp-49-172-184.pdf>. Acesso em: 12 de maio de /05/2024.

SILVA, Maria Nilza da; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; SANTOS, Gabriel Gustavo dos; DIAS, André Luiz Vieira. (orgs.). **Cotas para a população negra nas universidades estaduais brasileiras: da precariedade dos dados aos novos desafios**. Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência – São Paulo: SoU_Ciência, Unifesp. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/104564cb-1ef4-4167-9a3c-8f5c1fde1537>. Acesso em 14 de maio de 2024.

SMAILI, Soraya Soubhi; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; DIAS, André Luiz Vieira; BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo; AGUIAR, Thiago Borges de; MARTINS, Thais Cavalcante; CARVALHO, Alexandro.; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Teles de; SILVA, Cláudia Guedes Araújo; SANTOS, Danilo Braun.; MIGLIORI, Ecila Alves de Oliveira; BRELAZ, Gabriela de; PEREIRA, Gercina Rodrigues; LACERDA, Juliana Duarte; CÉSPEDES, Juliana Garcia; SILVA, Lidiane Cristina da; NASCIMENTO, Meyrele Torres; ABREU, Mirhiane Mendes. A importância das cotas raciais e sociais no Brasil: uma reparação histórica necessária. (Relatório de pesquisa). Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência – São Paulo: SoU_Ciência, Unifesp, 2021. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/wp-content/uploads/2022/01/A-importancia-das-cotas-raciais-e-sociais-no-Brasi.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

TELLES, Edward. **Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através do Programa Abdias do Nascimento, a partir do Projeto Ações Afirmativas e Produção Intelectual: as IES estaduais das regiões Sul e Sudeste.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER: Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), pesquisador de pós-doutorado do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em

Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/Unifesp) e Bolsista pela Fundação Capes.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.